



CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA

Conhecer, planejar e implementar nas Escolas da Rede Pública Estadual de Mato Grosso

“SE A EDUCAÇÃO SOZINHA NÃO
TRANSFORMAR A SOCIEDADE, SEM ELA
TAMPOUCO A SOCIEDADE MUDA”.

PAULO FREIRE (2000, p. 67)

Apresentação

Diante dos dados apresentados sobre a baixa proficiência dos alunos da educação pública estadual de Mato Grosso e as inúmeras críticas que o Ciclo de Formação Humana, sistema adotado no ensino fundamental da rede pública estadual, vem recebendo por uma parcela significativa dos professores, alunos, gestores escolares, familiares e da sociedade em geral, foram requeridas, pelo Deputado Estadual Professor Wilson Santos – PSDB, a realização de Audiências Públicas em 8 municípios-polos do Estado, sendo estes: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop e Tangará da Serra.

A realização dessas audiências teve como principal objetivo criar um diálogo diretamente com os principais autores do processo ensino-aprendizagem, educadores e educandos, bem como ampliar o debate às famílias, autoridades e sociedade em geral, para que ao final pudéssemos encontrar respostas a alguns questionamentos: O Ciclo de Formação Humana é o ideal para as nossas escolas? Como foi a implantação e implementação do Ciclo de Formação Humana na rede pública estadual de ensino? As nossas escolas e os nossos professores se apropriaram e trabalharam efetivamente o Ciclo de Formação Humana? Por que a maioria dos professores não aceita o Ciclo de Formação Humana? A baixa qualidade da proficiência dos nossos alunos está relacionada ao Ciclo de Formação Humana? Quais caminhos o Estado deverá construir para alcançar a melhoria na proficiência dos nossos alunos?

As Audiências Públicas contaram com a participação popular, especialmente de professores que estão em sala de aula, proporcionando, assim, um retrato mais próximo da realidade escolar

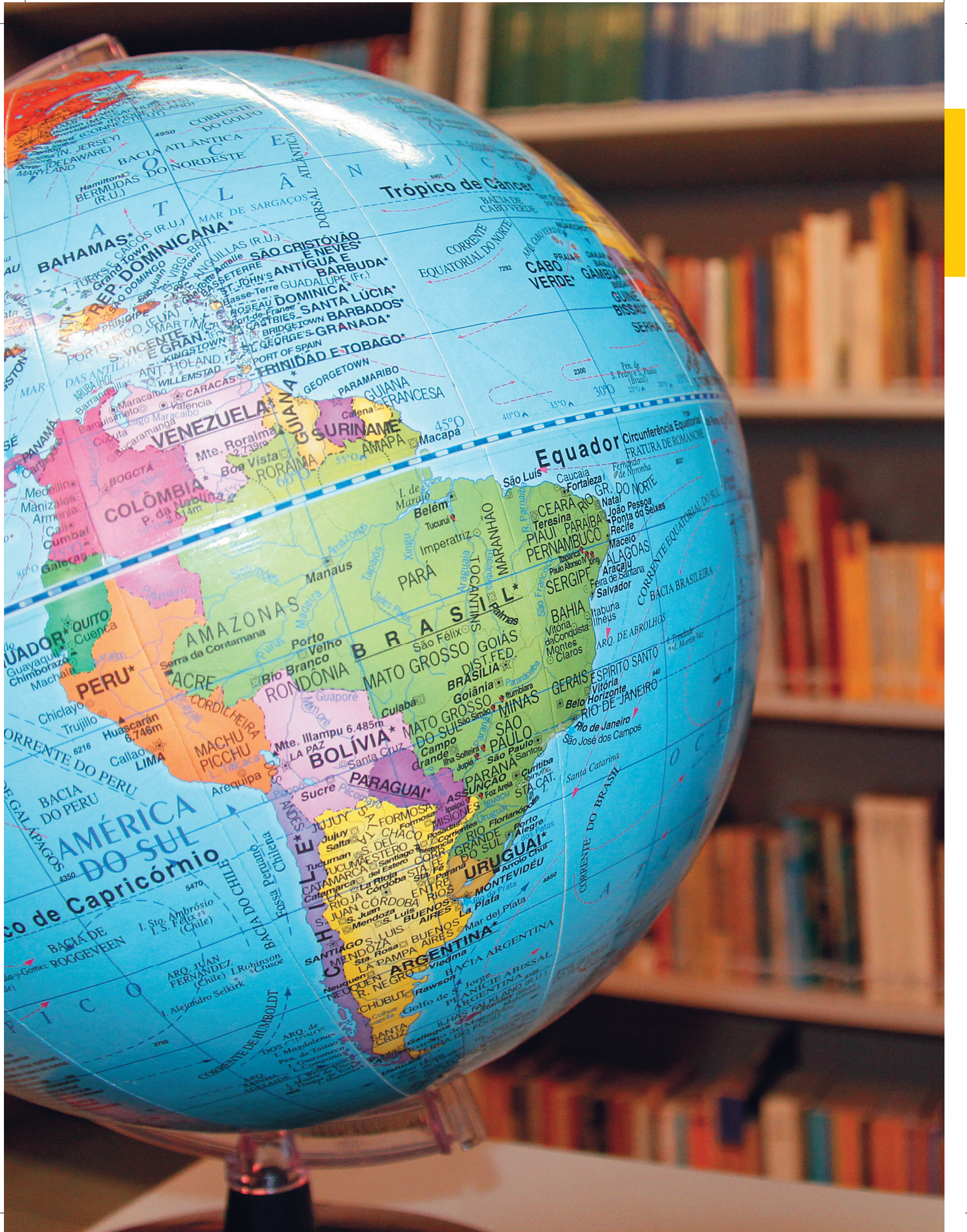
acerca do Ciclo de Formação Humana. As audiências possibilitaram o confronto de ideias, o direito ao contraditório, garantindo que cada participante pudesse defender seu ponto de vista e apontar caminhos para a melhoria na qualidade da aprendizagem escolar dos nossos alunos.

No segundo momento, após a realização das Audiências Públicas, foi constituída uma equipe multidisciplinar com representantes de diversos segmentos da sociedade: professores e alunos da rede pública estadual, gestores escolares, familiares de alunos da rede pública estadual, professores mestres e doutores, Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, universidades públicas e particulares e o Ministério Público, para debater, avaliar e sistematizar os resultados obtidos nas Audiências Públicas.

Após a equipe multidisciplinar debater os pontos elencados pelos participantes, avaliar os questionamentos e as ações propostas, e sistematizar os resultados obtidos nas Audiências Públicas, apresento uma proposta de trabalho acerca do Ciclo de Formação Humana.

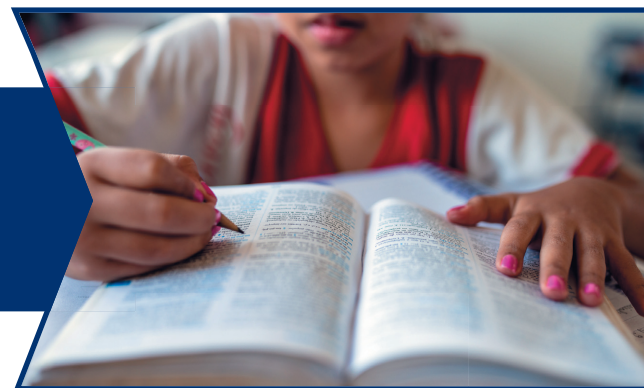
1	Contextualizando os Ciclos no Brasil	7
	Ciclo de Formação Humana	8
	Ciclo de Aprendizagem	8
2	Resultados das Audiências Públicas	9
	Falhas na implantação do Ciclo de Formação Humana	9
	Resultados da pesquisa para o acompanhamento da implementação do Ciclo de Formação Humana	10
	O elevado nível de aprovação e o baixo nível da proficiência	12
	Ciclo de Formação Humana: olhares e conceitos	14
	Progressão Continuada ou Aprovação Automática?	15
3	Ciclo de Formação com Aprendizagem	17
	Proposta do Ciclo de Formação com Aprendizagem por até 9 anos	18
4	Função da escola, segundo a legislação brasileira	19
	Sistemas educacionais, segundo a Legislação Brasileira	20
5	A opção pelo Ciclo de Formação com Aprendizagem	21
6	Propostas de melhorias para as escolas públicas de Mato Grosso	23
	Ciclo como política de Estado	23
	Projeto Político-Pedagógico (PPP)	23
	Ampliação de políticas de Formação Continuada	24
	Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação – Cefapro	25
	Material de apoio aos alunos e professores	25

Avaliação institucional de todo Sistema Educacional	26
Escola Integrada	27
Família e escola	27
Concursos públicos	29
Enturmação	29
Avaliação no Ensino Fundamental	30
Plano de melhoria da aprendizagem	31
Sala de Articulação	31
Sala de Superação	31
Atribuição de aulas priorizando a organização por Ciclos	32
Inovações tecnológicas	33
Respeito e adequação do Ciclo às Culturas Indígenas.	33
Qualificação dos gestores escolares	34
Reestruturação e manutenção física das escolas	34
Metas de desempenho por escola	35
Definir com clareza quais são as competências do professor em cada Ciclo	35
Diagnósticos sobre o saber do professor	36
7 Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente e Indisciplinado	37
8 Termo de Ajustamento de Conduta – TAC	39
9 Crescimento gradual do duodécimo para Educação	41
Considerações finais	43
Referências	45



1

Contextualizando os Ciclos no Brasil



Em busca de solução para os dois grandes problemas na educação brasileira, a reprovação e a evasão, surgem, desde o início do século XX, teorias que visam minimizar esses problemas. Sampaio Doria, em 1918, publica, em carta, “Contra o analfabetismo”, importante documento/manifestação defendendo o fim da reprovação escolar, através da promoção automática.

O professor Anísio Teixeira, a partir da década de 1930, foi o grande pensador e crítico da escola brasileira, caracterizando-a como arcaica, seletiva e classificatória, semelhante às escolas europeias da Idade Média. O grande mestre Teixeira apontava para um novo sistema público de ensino que garantisse acesso e permanência dos alunos como um direito, e não como privilégio.

A década de 1950 foi rica em profusão de ideias, debates e avanços rumo a uma nova escola. Anísio Teixeira revolucionou o Ministério da Educação com suas percepções intelectuais, criando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas e Ensino Superior (Capes), e dirigindo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep); Luís Pereira, em seu artigo intitulado “A promoção automática na escola primária”; Dante Moreira Leite, com o ensaio “Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno”; Almeida Júnior, criticando a reprovação, e até o Presidente Juscelino Kubitschek (PSD), em pronunciamento, deram substâncias para as discussões sobre a Educação no Brasil, culminando com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases/1961, que garante, pela primeira vez, a possibilidade de organização não seriada do ensino, em caráter experimental.

O regime **ciclado** chegou a ser implantado experimentalmente em algumas escolas dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, na década de 1960. Houve muita polêmica, professores e gestores não estavam preparados para essa nova modalidade de ensino, e as experiências acabaram

extintas. Na LDB/71, a possibilidade do **Ciclo** vem como alternativa, desde que existam as “condições necessárias”, conjugando idade e aproveitamento.

Com o processo de abertura ocorrido a partir do final da década de 1970, provocando mudanças Político-socioculturais, a Educação também entra nesse clima e a proposta dos Ciclos retorna à agenda nacional, na década de 1980. Vários estados e municípios adotam o regime no sistema público de ensino. Mas foi a LDB/96, em seu artigo 23, que garantiu de forma clara a possibilidade real da organização do ensino por Ciclos: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, **Ciclos...**”.



Audiência Pública em Alta Floresta

Ciclo de Formação Humana

É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano. (ARROYO, 1999).

Para Arroyo (1999), o Ciclo de Formação Humana é o ciclo da própria vida, em que se devem respeitar os “tempos” de cada sujeito. A escola, por ser um espaço de aprendizagem, deve proporcionar meios para que esse sujeito construa, ao seu tempo, sua própria autonomia, identificando suas possibilidades pessoais e profissionais.

Nessa concepção, ainda que o sujeito, num período de tempo, não consiga construir os conhecimentos científicos necessários, mesmo esse aluno sendo avaliado e assistido pela escola, ele não deverá ficar retido, pois isso contraria o ciclo da vida. Sua metodologia requer uma nova modelagem nas estruturas físicas e humanas das escolas. Para sua implementação é necessário construir uma nova concepção de educação e de professor.

Ciclo de Aprendizagem

O Ciclo de Aprendizagem constitui-se em uma oportunidade de construir um novo tipo de escola, baseada na lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação de alunos. A proposta do Ciclo de Aprendizagem tem como ponto de partida o princípio da aprendizagem e do desenvolvimento de competências necessárias para direcionar ao sujeito sua efetiva inclusão social, que potencializará seu processo de formação humana, de desenvolvimento emocional, cultural, cognitivo e social, desse modo garantindo um dos propósitos do Ciclo de Aprendizagem que é combater o fracasso escolar. (PERRENOUD, 2004, p. 52).

Segundo Perrenoud (2004), para que o Ciclo de Aprendizagem tenha êxito, é preciso uma mudança no comportamento dos professores e da escola, definindo objetivos claros, com o **foco na aprendizagem**. A escola precisa definir o perfil de entrada e saída dos alunos de cada fase, e que os

objetivos sejam alcançados ao final de cada Ciclo. É necessário assumir a cultura do trabalho coletivo e colaborativo, em que a avaliação contribui para a construção de um diagnóstico da aprendizagem do aluno, apontando as fragilidades e propondo ações para superá-las.

A Aprendizagem implica ainda em mudanças na organização e gestão da escola, exigindo que os objetivos de final de ciclo sejam claramente definidos para professores e alunos. Pressupõe o emprego de dispositivos da pedagogia diferenciada, da avaliação formativa e o trabalho coletivo de professores em uma formação contínua dos professores, o apoio institucional e o acompanhamento adequado “para construir novas competências”. (PERRENOUD, 2004, p. 52).

Nessa concepção, o aluno aprende e desenvolve competências necessárias para instrumentalizar sua efetiva inclusão social. **Nesse sistema, a progressão não é automática**, pode-se reter o aluno ao final de cada fase ou ciclo. Não se justifica passar à fase ou ciclo seguinte sem adquirir os devidos conhecimentos.



Escola Estadual Profª Diva Huguene de Siqueira Bastos, em Cuiabá

2

Resultados das Audiências Públicas



Diante dos resultados obtidos, entendemos que o Ciclo de Formação Humana não conseguiu alcançar seus objetivos, principalmente devido à negligência dos governos que não trataram o Ciclo de Formação Humana como política de Estado.



Audiência Pública em Cuiabá

Falhas na implantação do Ciclo de Formação Humana

- 1 Deu-se início a um processo gigantesco de mudanças, sem preparação prévia dos docentes, gestores, famílias e ambiente escolar;
- 2 Negligência do Estado na implementação do Ciclo de Formação Humana;
- 3 Os professores não se apropriaram da proposta e não se sentem sujeitos atuantes no Ciclo de Formação Humana;
- 4 Falta de qualificação específica aos profissionais da Educação para trabalharem com o Ciclo de Formação Humana;
- 5 Carga horária dos docentes que não atende às exigências do Ciclo de Formação Humana;
- 6 Falta de incentivos para que os docentes promovam sua autoformação;
- 7 O número de alunos por turma acima do recomendado para atender às especificidades do Ciclo de Formação Humana;
- 8 Ausência de planejamento e preparo adequado das aulas para atender à realidade e à especificidade de cada aluno;
- 9 Inexistência de material didático apropriado para o Ciclo de Formação Humana;
- 10 Famílias cada vez mais distantes da escola;

11 As universidades públicas e particulares não contemplam no currículo da formação docente o Ciclo de Formação Humana;

12 O Ciclo de Formação Humana só existe na teoria; na prática, o que temos, é a escola seriada.

Resultados da pesquisa para o acompanhamento da implementação do Ciclo de Formação Humana

Durante a realização das Audiências Públicas em 2015, assumimos um compromisso, com todos os profissionais da Educação, pais e sociedade, de retornar em 2016 para apresentar os resultados e as propostas de melhorias à qualidade da educação pública, no Ensino Fundamental em Mato Grosso. Nesse retorno, diante da resistência do professor ao Ciclo de Formação Humana, realizamos uma pesquisa em cinco cidades-polos de Mato Grosso (Cáceres, Tangará da Serra, Rondonópolis, Barra do Graças e Alta Floresta), com o objetivo de buscar informações, ampliar, detalhar e atualizar tudo o que nos foi apresentado durante as Audiências Públicas, realizadas em 2015, sobre o sistema de ensino por Ciclo de Formação Humana. Participaram da pesquisa de acompanhamento da implementação 234 professores da Educação Básica.

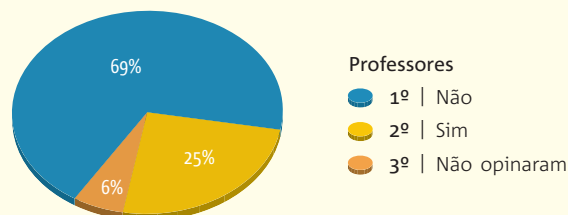
Trata-se de uma pesquisa participativa, com abordagem qualitativa, com questões descritivas e conceituais, para a qual o professor foi convidado a participar respondendo a um questionário contendo dez perguntas. Buscamos, nessa pesquisa, investigar e entender os fatores que impediram a totalidade da implantação do Ciclo de Formação Humana.

Além do questionário, os professores participaram oralmente, expondo os fatores que dificultam a implantação exitosa do Ciclo de Formação Humana, ofertando coerência, consistência e objetivação aos resultados finais. Percebemos, durante os relatos dos profissionais de Educação e com os dados da pesquisa de acompanhamento, que ainda estamos distantes da real proposta de ensino organizada por Ciclos de Formação Humana.

A seguir, os resultados da pesquisa. ►

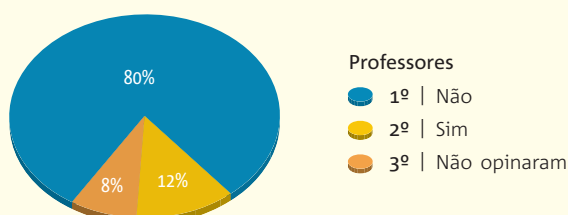
► Questionamento 1/10

Houve alguma Formação para Docentes, na perspectiva do Ciclo de Formação Humana, por parte da Seduc/MT nos últimos anos?



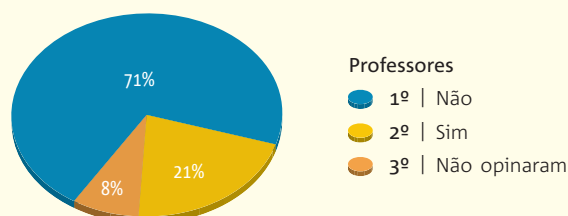
► Questionamento 2/10

Nos últimos anos, funcionaram com êxito dentro da sua escola as salas de Articulação e Superação?



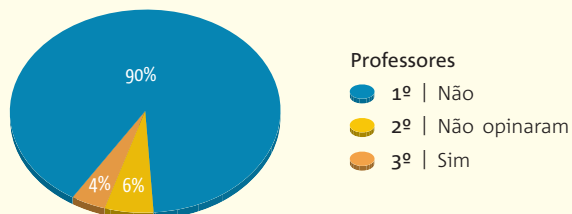
► Questionamento 3/10

Na escola em que você lecionou nos últimos anos, os alunos com defasagem ou dificuldades de aprendizagem receberam o apoio pedagógico necessário para prosseguirem à fase ou ciclo seguinte?



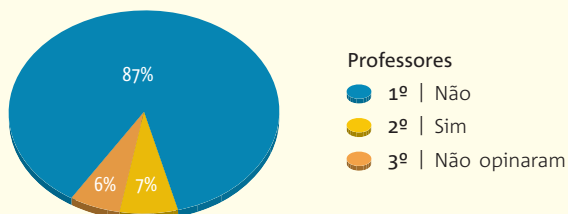
▶ Questionamento 4/10

Em sua opinião, a escola está conseguindo implantar o Ciclo de Formação Humana com êxito?



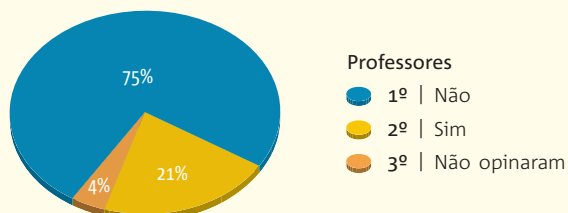
▶ Questionamento 7/10

Os professores se sentem motivados para atuarem no Ciclo de Formação Humana?



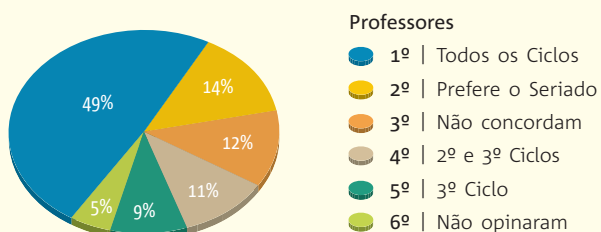
▶ Questionamento 5/10

O professor hoje, com a carga horária de 30 horas por semana, tem disponibilidade para elaborar o planejamento de ensino de forma interdisciplinar, respeitando as especificidades por aluno, como exige o Ciclo de Formação Humana?



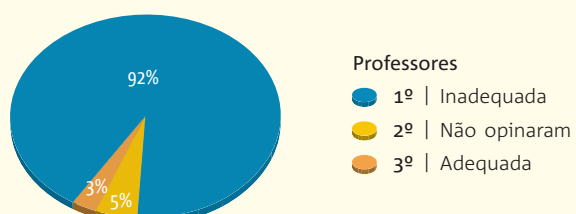
▶ Questionamento 8/10

Professor, você concorda com a retenção ao final do...



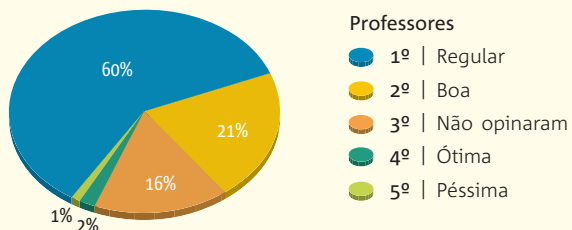
▶ Questionamento 6/10

Atualmente, como você avalia a proficiência dos alunos dentro do sistema de ensino organizado por Ciclo de Formação Humana?



▶ Questionamento 9/10

Professor, como você avalia a infraestrutura da sua escola atualmente?



► Questionamento 10/10

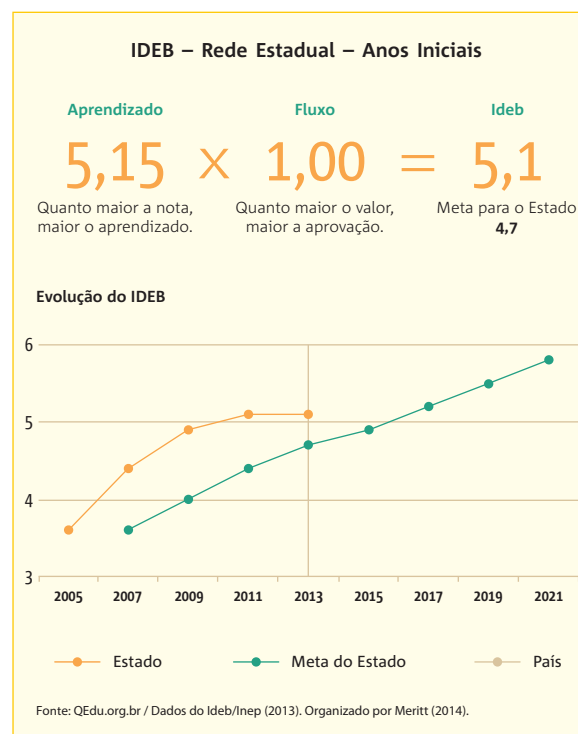
Como docente, você gostaria de propor outros temas na área da Educação a serem discutidos pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa?

Para esta pergunta, selecionamos as principais respostas:

- Participação da família na escola;
- Pilares da Educação no século XXI;
- Formação Continuada;
- Reforma Curricular;
- Educação Indígena e do Campo;
- Educação Integral;
- Violência e Indisciplina Escolar;
- Ensino Médio e Educação Profissional;
- Educação Infantil e Políticas Públicas;
- Investimentos e transparência na aplicação dos recursos públicos para a Educação;
- Desafios do transporte escolar;
- Planejamento e Avaliação;
- Proposta curricular unificada;
- Valorização e carreira dos profissionais da Educação Básica;
- Avaliação da gestão democrática;
- Limites e responsabilidades – Pais X Professores
- Unificação da Proposta Curricular;
- Dedicção Exclusiva;
- Educação Especial – Inclusiva;
- Concepção de Ensino e Aprendizagem;
- Educação para as diversidades;
- Inserção da escola no contexto tecnológico.

O elevado nível de aprovação e o baixo nível da proficiência

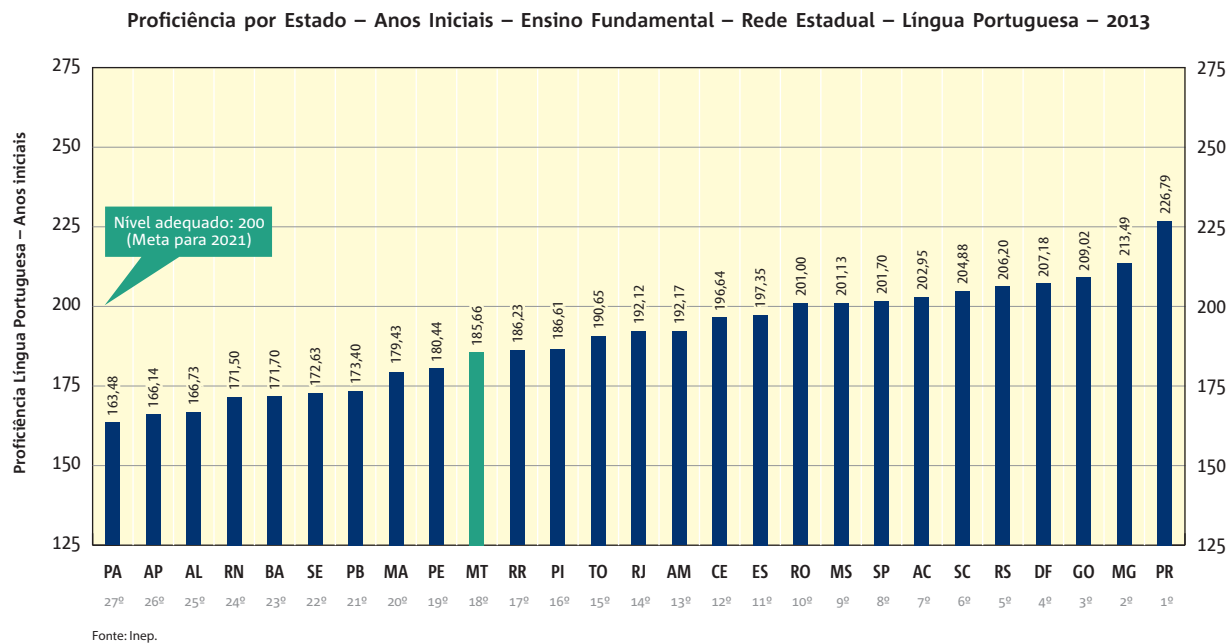
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB vem crescendo no Ensino Fundamental da rede pública estadual de Mato Grosso, conforme os dados das avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP.



O IDEB resume-se em dois componentes: Aprovação X Proficiência. Porém, nossa **Proficiência continua baixa**, o que significa que o aprendizado dos nossos alunos está bem abaixo do esperado.

Existem muitos desafios acerca da fórmula para calcular os indicadores que compõem o IDEB, dentre eles o fato da aprovação (Fluxo) corresponder a um peso significativo e importante para uma melhora no IDEB.

O IDEB é uma ferramenta importante para a inclusão e monitoramento da qualidade da Educação ofertada. Seus dados possibilitam a elaboração de ações necessárias para alcançarmos metas de melhorias em âmbito nacional. Além de dados estatísticos, o IDEB precisa traduzir o que estamos



vivenciando na prática, pois o que está em jogo é toda uma geração de crianças e adolescentes que chegam, ao final do 3º Ciclo, com uma defasagem muito grande de conhecimentos necessários para prosseguirem no Ensino Médio. Não podemos “mascarar” uma realidade triste e preocupante: nossos alunos estão passando de Ciclos sem aprender! Precisamos, sim, garantir o acesso e permanência dos alunos dentro da escola, mas também o direito à aprendizagem.

Para atender às especificidades do Ciclo de Formação e promover uma aprendizagem de qua-

lidade é preciso que as escolas estejam bem estruturadas, que a Secretaria de Estado de Educação possa oferecer as condições necessárias para que os professores se tornem protagonistas desse processo. A realidade, porém, apresenta escolas deficitárias, professores e alunos resistentes aos eixos estruturantes do Ciclo, Secretaria de Educação sem efetivo suficiente para atender às demandas das escolas, material didático em desacordo com a proposta, e outras inúmeras dificuldades que colocam em dúvida a eficácia do Ciclo de Formação Humana.



Audiência Pública em Barra do Garças

Angelo Varela | Secom/ALMT

Ciclo de Formação Humana: olhares e conceitos

“Mato Grosso impôs o sistema de ensino por Ciclo de Formação Humana e não o implementou. Outro ponto que me chama a atenção é o abandono da primeira educação pelas famílias, obrigando os professores a irem além das suas atribuições escolares.”
Zé Carlos do Pátio / Deputado Estadual – SDD

“O Brasil não valoriza seus professores e não prioriza a Educação.”
Dr. Leonardo Albuquerque / Deputado Estadual – PDT

“A implantação do Ciclo foi feita sem a devida preparação, mas é preciso continuar com o Ciclo e fazer as devidas correções... O Ciclo permite mais articulação dos diversos conhecimentos... As universidades continuam formando os professores de forma equivocada.”
Antônio Carlos Máximo / Presidente da Fapemat

“A rede não está organizada de acordo com o Ciclo.”
Carlos Alberto Caetano / Presidente do C.E.E.

“Sou inimigo número um da escola ciclada. Ela não ensina.”
Pedro Tercy / Prefeito de Denise

“Os problemas do Ciclo são conhecidos, faltam soluções.”
Vagner Constantino Guimarães / Vereador de Tangará da Serra

“O foco do Ciclo é a aprendizagem na perspectiva da Formação Humana.”
Alvarina de Fátima / Professora na rede estadual de ensino

“Temos que buscar a qualidade na Educação, mas as famílias precisam aproximar-se da escola.”
Promotor de Justiça da cidade de Cáceres

“Quatorze anos para reavaliar o Ciclo foi muito tempo, e a Seduc ficou muito técnica, não está estruturada para atender às demandas do Ciclo.”
José Maria de Souza / Diretor de escola em Cáceres

“Trinta horas semanais são insuficientes para o professor atender às especificidades do Ciclo de Formação Humana. O Ciclo exige mais dos docentes, é preciso aumentar a carga horária.”
Neiva Gomes Coelho / Assessora Pedagógica em Confresa

“O Ciclo foi implantado e deformado ao longo do processo; falta uma rede de apoio às escolas.”
Mabel Strobel / Coordenadora do curso de Pedagogia de uma universidade particular de Mato Grosso

“No início, o Ciclo foi bastante rejeitado, inclusive por mim. Hoje, defendendo a escola ciclada, mas com mudanças.”
Edna / Professora na rede estadual de ensino

“A teoria sobre o Ciclo é linda, mas na prática não funciona.”
Carmem Lúcia / Coord. Pedagógica em São Félix do Araguaia

“Falta seriedade com a escola ciclada, 15 anos de brincadeira.”
Professora da Unemat em Tangará da Serra

“O que fazer com o aluno que não sabe nada no 9º ano?”
Professora na rede estadual de ensino em Cuiabá

“Todas as pessoas são capazes de aprender. E o Ciclo de Formação Humana veio para fortalecer e garantir o direito de aprendizagem do aluno.”
Ana Carla Muniz / Secretária Municipal de Educação de Rondonópolis

Progressão Continuada ou Aprovação Automática?

Os resultados das Audiências Públicas são claros, as mesmas dificuldades encontradas no início da implantação do ensino por Ciclo de Formação Humana perduram até hoje. Não podemos dar continuidade em um sistema de ensino como o Ciclo de Formação Humana sem que sejam tomadas medidas que garantam a qualidade da Educação ofertada pelo nosso Estado.

Quando a qualidade do ensino e a aprendizagem vão mal, consequentemente não há inclusão do ponto de vista da aprendizagem, pois **os alunos estão passando de Ciclo, sem adquirir os conhecimentos propostos para cada fase e ciclo**, através da progressão automática, sem apoio pedagógico, sem cobrança e sem avaliação adequada. Dessa forma, por omissão, incompetência, negligência ou imperícia, o Estado nega o direito à aprendizagem desses alunos, colocando em risco toda uma geração.

O sistema organizacional de ensino por Ciclos não consiste em facilitar a aprovação, mas sim **em respeitar os ritmos e especificidades de cada um**, garantindo, por um período maior (3 anos), diversas oportunidades para que a aprendizagem aconteça. Estamos propondo uma **fase transitória** de até 9 anos, denominada de **Ciclo de Formação com Aprendizagem**, a fim de recuperarmos a proposta pedagógica do Ciclo de Formação Humana nas escolas da rede estadual de ensino.

Nesse período, esgotados todos os mecanismos de apoio ao aluno e se, mesmo assim, ele não conseguiu produzir os conhecimentos propostos, é necessário que haja a retenção ao final de cada Ciclo como forma de possibilitar ao aluno, com o apoio de novas técnicas pedagógicas, adquirir os conhecimentos definidos para aquele **Ciclo**.

Defendemos que, se nesse período, após a escola e o professor utilizarem todas as ferramentas de apoio e recursos para que o estudante se aproprie dos conhecimentos propostos, naquele Ciclo, o estudante não produzir os saberes necessários, que haja a retenção ao final de cada Ciclo, conforme as diretrizes legais da Educação Básica.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) – deixa claro que o avanço do aluno, no processo formativo, ocorra mediante a comprovação do seu desenvolvimento e aprendizagem, quando se trata, entre as regras comuns (art. 24), a classificação (inciso II, alínea a), promovendo o aluno com aproveitamento escolar para a série ou fase seguinte, e a verificação do rendimento escolar (inciso V), observando, entre outros importantes critérios, o desempenho do aluno com qualidade.

Art. 24 - A educação básica, no nível fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (Lei 9.394/96).

O documento Escola Ciclada em Mato Grosso (2001, p. 57) faz uma abordagem acerca da retenção, afirmando que:

Na passagem de um ciclo para o outro, o aluno poderá ficar retido ao final do ciclo, por um período que não pode ultrapassar 1 (um) ano letivo, podendo avançar para o ciclo seguinte em qualquer época do ano, assim que tiver superado as dificuldades. (MATO GROSSO, 2001).

E acrescenta:

Essa retenção só poderá ocorrer após analisado todo o processo de desenvolvimento do aluno no início da 1ª fase, da 2ª fase até o final do Ciclo pelo coletivo dos professores e os mesmos concluírem

que existem dificuldades na maioria dos componentes curriculares que dificultarão seu ritmo de aprendizagem no Ciclo seguinte. (MATO GROSSO, 2001).

A retenção ao final de cada Ciclo por um período de até um ano não deverá ser punitiva, mas um apoio à superação das fragilidades do aluno, para que o mesmo possa adquirir os conhecimentos necessários para avançar ao Ciclo seguinte. A retenção aqui possui o mais saudável entendimento, uma nova oportunidade, para que o aluno experimente outra vez aquilo que, na primeira vez, não foi bem assimilado. Acumulando também conhecimentos, e não apenas capacidades e habilidades básicas para prosseguir.

De acordo com a Lei 9.394/96, no seu artigo 32, ao final do ensino fundamental a escola deverá garantir ao aluno pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. No nosso entendimento, a partir dessa perspectiva o aluno que não conseguiu adquirir tais conhecimentos, tendo a escola todos os recursos esgotados para ajudá-lo a superar essa fragilidade e não obtendo êxito, o aluno não poderá prosseguir ao Ciclo seguinte, sob pena de não cumprir o que determina a LDB.

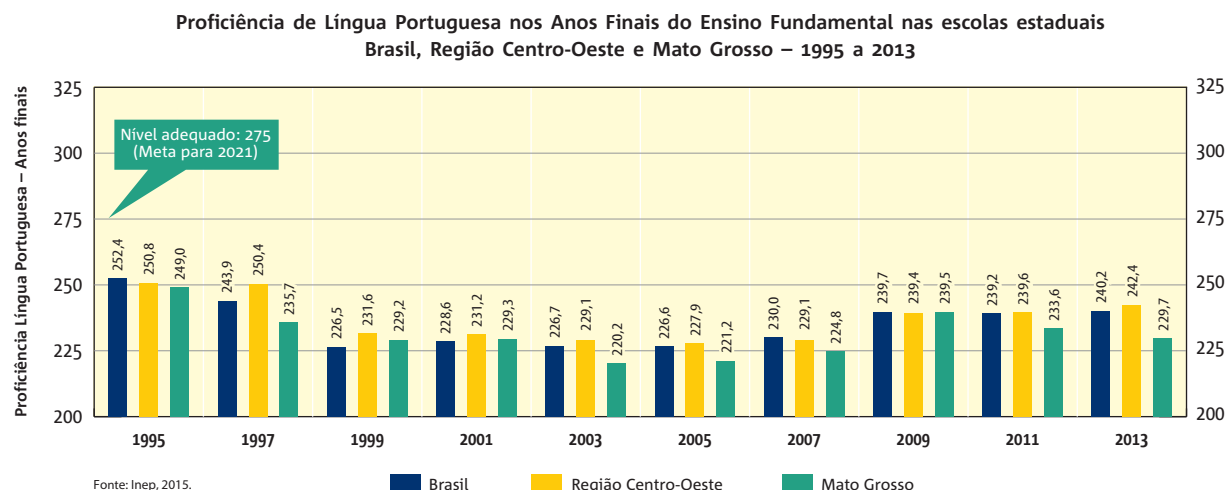
Quanto antes forem detectadas as fragilidades dos alunos, maior será a possibilidade de superá-las. Esperar o final do 3º Ciclo ou o Ensino Médio para fazer as correções, os problemas tendem a aumentar e dificultar a superação dos défices de aprendizagem. Por isso, a proposta da retenção ao final de cada ciclo.

A progressão continuada precisa acontecer, mas com a devida responsabilidade, sendo acompanhada por todos da comunidade escolar. Após esse período de adequação e preparação de todo ambiente escolar, implantaremos em definitivo o Ciclo de Formação Humana que, sem dúvida, é uma evolução no regime organizacional de ensino.

Entendemos que tão importante quanto prosseguir à fase seguinte é aprender. Avançar o aluno para o ciclo seguinte sem os devidos conhecimentos estabelecidos para aquele período não é respeitar o tempo dele, mas sim forçá-lo a “queimar” etapas, puni-lo pela ineficiência de um sistema organizacional de ensino que, na prática, não funciona. O que ele não aprendeu no Ciclo atual, não irá rever no Ciclo seguinte, pois a cada fase ou Ciclo existe uma proposta de conhecimentos a ser construída.

De acordo com os resultados das Audiências Públicas, é nítido o desejo de mudanças no regime por parte dos professores, alunos e sociedade em geral. É preciso dar uma resposta à sociedade, apontando caminhos e possíveis soluções para as dificuldades elencadas.

Diante dos fatos, **proponho a implementação nas escolas da rede pública estadual de uma fase transitória de até 9 anos, denominada de Ciclo de Formação com Aprendizagem, onde o estudante que não conseguir produzir os conhecimentos propostos em cada ciclo deverá ficar retido, por no máximo 1 ano, tendo uma nova oportunidade para se apropriar e produzir os conhecimentos que lhe garantirão prosseguir ao ciclo seguinte.**



3

Ciclo de Formação com Aprendizagem



O sistema de ensino ciclado vem sendo desenvolvido em vários municípios de Mato Grosso desde 1989, mas só assumiu uma definição e passou a ser efetivado na rede estadual a partir de 2000, com a opção pelo Ciclo de Formação Humana. Desde então, estamos enfrentando inúmeras dificuldades na sua implantação, como a resistência e a aceitação dos docentes e das famílias em relação às metodologias e estruturas organizacionais desse novo sistema de ensino, a exemplo do descompromisso do governo e de gestores na **implantação completa** desse novo regime educacional.

As dificuldades mais citadas em todas as audiências e reuniões é o fato de o **aluno passar para a fase seguinte do Ciclo mesmo sem alcançar a aprendizagem esperada**, chegando ao final do Ensino Fundamental com uma grande defasagem de conhecimento, o que coloca em dúvida a eficácia do Ciclo de Formação Humana, sem falar na enorme evasão e reprovação no 1º ano do Ensino Médio.

O Ciclo de Formação com Aprendizagem é um sistema de ensino que valoriza o ser humano, promovendo a aquisição de competências e habilidades básicas indispensáveis à mudança na história desse estudante. Ele contribui para o fortalecimento da autoestima e a construção da cidadania, possibilitando a sua inclusão social.

Entende-se que a aprendizagem garante o desenvolvimento do sujeito, o que não é garantido na progressão automática sem a construção do devido conhecimento.

Nesse sentido, entendemos que, além de considerar as etapas da vida nas quais se encontram os estudantes, é preciso considerar a realidade social, as políticas públicas no Brasil, a história da Educação, a complexidade do contexto educacional brasileiro, que nos mostra, claramente, **que não se deve separar o processo de aprendizagem do processo de desenvolvimento e formação humana**, quando estivermos propondo um trabalho pedagógico. Sabe-se que ambos não podem ser vistos e entendidos separadamente.

As duas propostas se completam a tal ponto, que estamos propondo a garantia da efetiva **Formação Humana do sujeito com Aprendizagem**.

Audiência Pública em Tangará da Serra



Karen Malagoli | Secom/LMT

Proposta do Ciclo de Formação com Aprendizagem por até 9 anos



Dep. Wilson Santos entrega ao governador Pedro Taques o relatório final sobre a implantação do Ciclo de Formação Humana nas escolas públicas de Mato Grosso

- 1 Na passagem de um Ciclo para o outro, o aluno com rendimento de 50% mais 1% do total de conceitos, abaixo do esperado, ficará retido ao final do ciclo, por um ano, a fim de que supere seus desafios de aprendizagem;
- 2 Os alunos retidos deverão ser encaminhados para os laboratórios de aprendizagem no contraturno;
- 3 Para esses alunos, deverá ser elaborado um plano de apoio pedagógico pelo coletivo de professores do respectivo Ciclo;
- 4 Essa retenção deverá acontecer após o conselho de professores verificar a necessidade da retenção e concluir que existem dificuldades na maioria dos componentes curriculares que dificultarão seu ritmo de aprendizagem no Ciclo seguinte;
- 5 A escola deverá envolver os pais dos alunos que apresentarem dificuldades desde a 1ª fase do Ciclo, para que acompanhem a vida escolar e o desenvolvimento dos seus filhos, durante os 3 anos, e saibam como a escola está trabalhando para o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos e de que forma será o apoio pedagógico, durante o ano de retenção.
- 6 A escola precisa construir um cadastro específico dos alunos que apresentarem desafios de aprendizagem desde o início do Ciclo, para o acompanhamento e elaboração de estratégias de intervenção, possibilitando a recuperação desses alunos, garantindo-lhe a aprendizagem e evitando sua retenção no último Ciclo.



Escola Estadual Heliodoro Capistrano, em Cuiabá

Thiago Machado | Assessoria de Comunicação

4

Função da escola, segundo a legislação brasileira



Segundo a Carta Magna brasileira de 1988, no seu artigo art. 205, a Educação é definida como um

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Quanto aos seus objetivos e os resultados esperados, segundo a Constituição Federal, art. 206, inciso VII, terá como princípio “a *garantia de padrão de qualidade*”.

No artigo 214 da CF, na elaboração de metas e estratégias para alcançar os objetivos da educa-

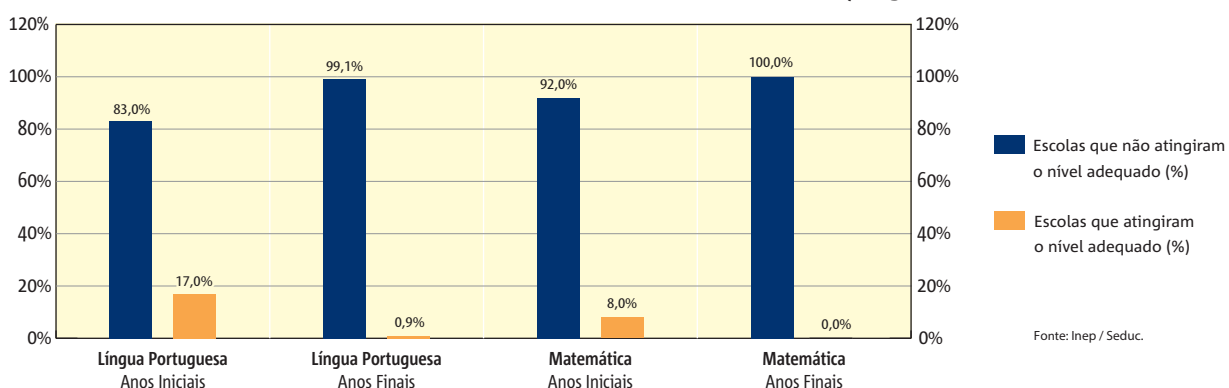
ção, fica claro que as ações educativas propostas devem conduzir a:

- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Recorrendo à Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), ainda sobre os princípios e fins da Educação Nacional, encontramos no seu artigo 2º que,

[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Proficiência na Rede Estadual de Mato Grosso – Ensino Fundamental – Resultado/2013



Disciplina	Escolas que não atingiram o nível adequado (%)	Escolas que atingiram o nível adequado (%)	Escolas que não atingiram o nível adequado (un.)	Escolas que atingiram o nível adequado (un.)	Total (un.)
Língua Portuguesa – Anos Iniciais	83,0	17,0	279	57	336
Língua Portuguesa – Anos Finais	99,1	0,9	439	4	443
Matemática – Anos Iniciais	92,0	8,0	309	27	336
Matemática – Anos Finais	100,0	0,0	443	0	443

Fonte: Inep / Seduc.

Sistemas Educacionais, segundo a Legislação Brasileira

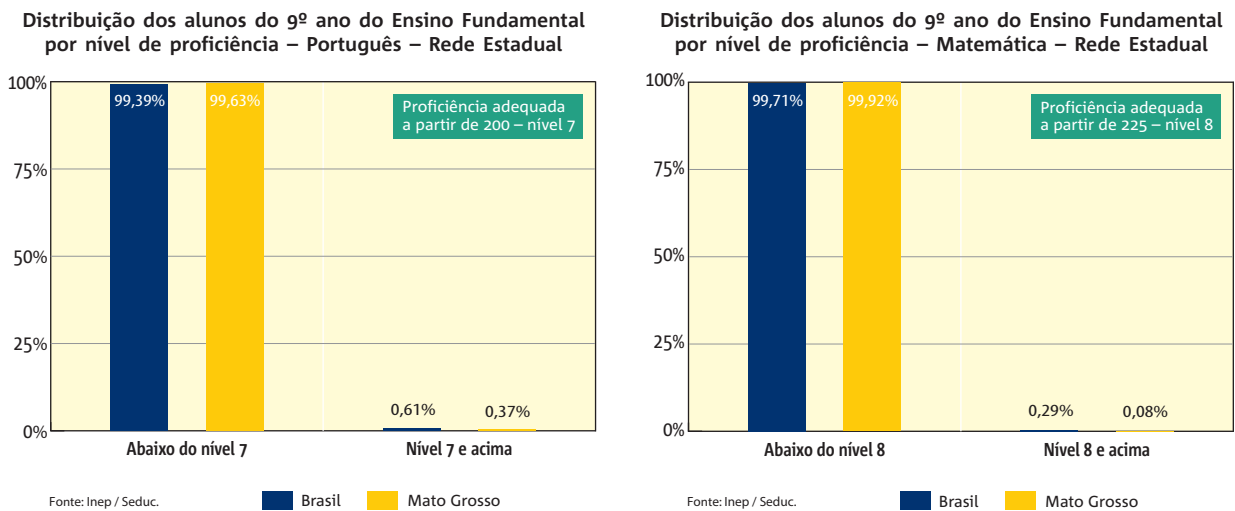
Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), o estado de Mato Grosso, ao optar pela mudança no sistema educacional vigente no ensino fundamental, não estará ferindo uma lei maior, pois essa atribuição é do ente federado e que deverá ser realizado sempre que a qualidade da aprendizagem não cumprir com a sua função, conforme consta no artigo 23 da mencionada Lei:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, **sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.** (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Ainda segundo a LDB, o ensino fundamental tem o dever de, ao final desse período, garantir aos alunos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Conforme está assegurado no seu artigo 32, o ensino fundamental [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o **pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo** (grifo nosso).

Mas, segundo as avaliações externas, precisamos avançar, e muito, para alcançarmos os objetivos do artigo 32, conforme o gráfico:



5

A opção pelo Ciclo de Formação com Aprendizagem



Diante dos dados apresentados, o Estado não pode se eximir de realizar algumas transformações que a Educação requer, conforme a própria legislação federal determina. Sempre que o processo de aprendizagem não conseguir resultados satisfatórios, o ente federado deverá buscar uma organização que atenda aos objetivos e interesses da Educação.

Os princípios que abrangem o Ciclo de Formação Humana vão além do ambiente escolar. Da mesma forma, a escola não pode se limitar ao desenvolvimento humano sem preocupar-se com a formação científica, o preparo para a cidadania e o mercado de trabalho.

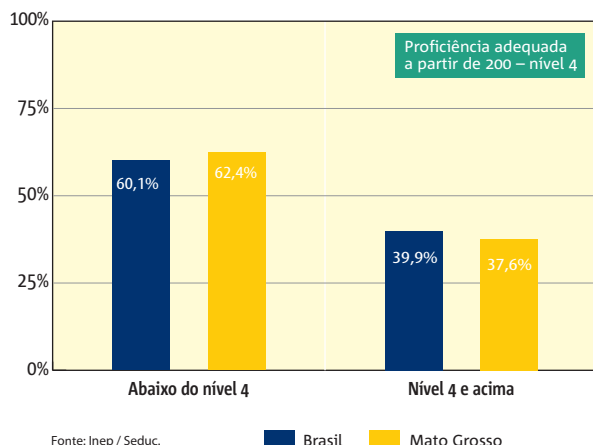
Nossas escolas não estão preparadas para o exercício da cidadania, nem para o mundo do trabalho, pois, segundo a LDB, ao término do ensino fundamental o aluno deverá ter construído **pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo**. O que não ocorre com aproximadamente 60% dos alu-

nos, atualmente, segundo avaliações e pesquisas do Ministério da Educação.

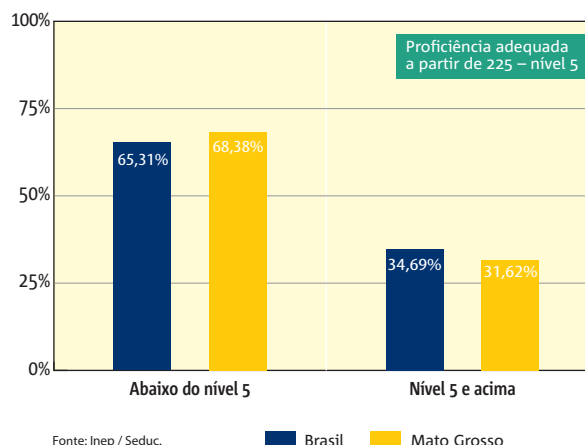
Segundo os dados das avaliações externas, estamos bem longe de alcançarmos os 60%, infelizmente.

Persistir na execução de um sistema em que os professores não têm domínio sobre suas metodologias, onde a escola enfrenta dificuldades desde sua implantação, as famílias cada vez mais distantes da escola, e os alunos não se sentindo motivados para a produção do conhecimento, é colocar em risco o futuro de toda uma geração de crianças e jovens.

Distribuição dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência – Português – Rede Estadual



Distribuição dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência – Matemática – Rede Estadual





Angelo Varela | Secom/AMT

Audiência Pública em Barra do Garças

No **Ciclo de Formação com Aprendizagem** há uma preocupação clara com o ser humano, em estimular suas potencialidades e valorizar cada um como sujeito histórico. Porém, a aprendizagem não se dá a todos no mesmo tempo e ritmo. Dessa forma, a escola deverá propor ações para superar as fragilidades dos alunos durante a fase em curso. **Esgotando-se todas as possibilidades para que o aluno aprenda**, caso não obtenha sucesso, o mesmo será retido para que possa avançar nos seus conhecimentos e passar à fase ou ciclo seguinte, conforme estabelece a LDB/96, em seu artigo 23:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, [...] ou por forma diversa de organização, **sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar**. (BRASIL, 1996, grifo nosso).



Fabíola Rodrigues | Secom/AMT

Audiência Pública em Sinop

6

Propostas de melhorias para as escolas públicas de Mato Grosso



Ciclo como política de Estado

Após 15 anos do Ciclo de Formação Humana na rede pública de ensino em Mato Grosso, constata-se que o novo regime educacional não foi implantado em sua totalidade e ainda enfrenta resistência dentro e fora da escola.

Nota-se um descompromisso com o Ciclo de Formação Humana, pois gestores governamentais não realizaram ações concretas e determinantes para o sucesso do novo regime escolar.

O Ciclo não pode continuar sendo, em Mato Grosso, uma política diferente em cada governo, ao “bel prazer” de cada governante e sua equipe. Mas sim, precisa estar distante e protegido dos arranjos políticos.

O Ciclo de Formação Humana terá que estar distante e protegido dos arranjos políticos, das alianças para disputa eleitoral, dos acordos partidários e de outros aspectos interventores nessas relações. **O Ciclo de Formação Humana precisa se efetivar como uma política de Estado!**

PROPOSTAS

- 1 Estabelecer a implantação completa do Ciclo de Formação Humana na agenda das prioridades do governo;
- 2 Programa de conquista e envolvimento completo dos professores para o Ciclo de Formação Humana;
- 3 Implantação dos itens ausentes ou incompletos do Ciclo de Formação Humana, num período máximo de 9 anos.

Projeto Político-Pedagógico (PPP)

É a ferramenta de planejamento mais importante para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem que a LDB/96 propõe às unidades escolares.

Infelizmente, na grande maioria das nossas escolas, esse documento é fantasioso. Desde a sua elaboração, com a participação mínima da comunidade escolar, até o respeito ao seu cumprimento, tudo é ficção!

A verdade é que não há uma consciência da necessidade e nem da importância desse instrumento de planejamento. Aliás, planejamento é algo muito distante e pouco valorizado no universo escolar da rede pública de ensino em nosso Estado.

Outro problema é que, após a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), este vai diretamente para a gaveta, onde permanecerá por um longo tempo, geralmente inacabado e desatualizado.

PROPOSTAS

- 1 Que a Secretaria Estadual de Educação promova formação específica, para que as comunidades escolares se conscientizem da importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP), priorizando-o como uma ferramenta necessária à otimização das ações pedagógicas;
- 2 Que estejam contidas no Projeto Político-Pedagógico todas as ações pedagógicas da escola, bem como, o perfil de entrada e saída do aluno de cada fase e Ciclo;

- 3 Que no Projeto Político-Pedagógico estejam claras a missão e a caracterização da escola, destacando as ações, diagnósticos, cursos e outras ferramentas estratégicas para superar as fragilidades.

Ampliação de políticas de formação continuada

São grandes os desafios enfrentados pelo profissional docente, mas manter-se atualizado e desenvolver práticas pedagógicas eficientes faz deste profissional o diferencial necessário à profissão. De acordo com Nóvoa (2000), “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como o lugar de crescimento profissional permanente”.

A Formação Continuada dos nossos professores tem de merecer um destaque e ser tratada com a devida responsabilidade pela Seduc. É preciso o entendimento de que os profissionais não receberam a formação acadêmica necessária para trabalharem com o Ciclo de Formação Humana e,

quando houve a implantação desse novo regime na Educação mato-grossense, também não houve a preparação adequada e suficiente.

É preciso diagnosticar com precisão as falhas e deficiências do professorado e investir em qualificação consistente para o aperfeiçoamento dos nossos profissionais, contribuindo para um melhor desempenho em sala de aula.

PROPOSTAS

- 1 Priorização da didática na nova concepção de Formação Continuada;
- 2 Efetivo monitoramento e acompanhamento das atividades desenvolvidas dentro do ambiente escolar, para a construção de um diagnóstico das dificuldades e fragilidades, direcionando a formação e capacitação necessárias para saná-las;
- 3 Dedicção exclusiva para que os docentes atendam de forma efetiva às demandas do Ciclo de Formação Humana.



Audiência Pública em São Félix do Araguaia

Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação – Cefapro

Os Cefapros foram idealizados e implantados em Mato Grosso com o objetivo claro de cuidar da preparação integral dos professores através da Formação Continuada. Quinze cidades-polos possuem Cefapros, contando com uma razoável estrutura física e equipe técnica definida.

Sabemos dos desafios e das dificuldades enfrentadas pelos nossos docentes para atualizarem-se, diariamente, e o Estado tem o dever de proporcionar a melhor formação continuada possível.

Os professores da rede pública de ensino de Mato Grosso não receberam em sua formação acadêmica preparo para atuarem no Ciclo de Formação Humana, pelo contrário, foram instruídos para a escola seriada. Diante dessa grave deficiência e da necessidade dos professores de se manterem atualizados acerca do Ciclo de Formação Humana é necessário o fortalecimento dos Cefapros e todas as demais ferramentas de capacitação.

Os Cefapros implantados, há mais de uma década, são os instrumentos legais destinados à Formação Continuada dos nossos docentes, porém os Centros encontram-se em situação deficitária, merecem uma atenção muito especial.

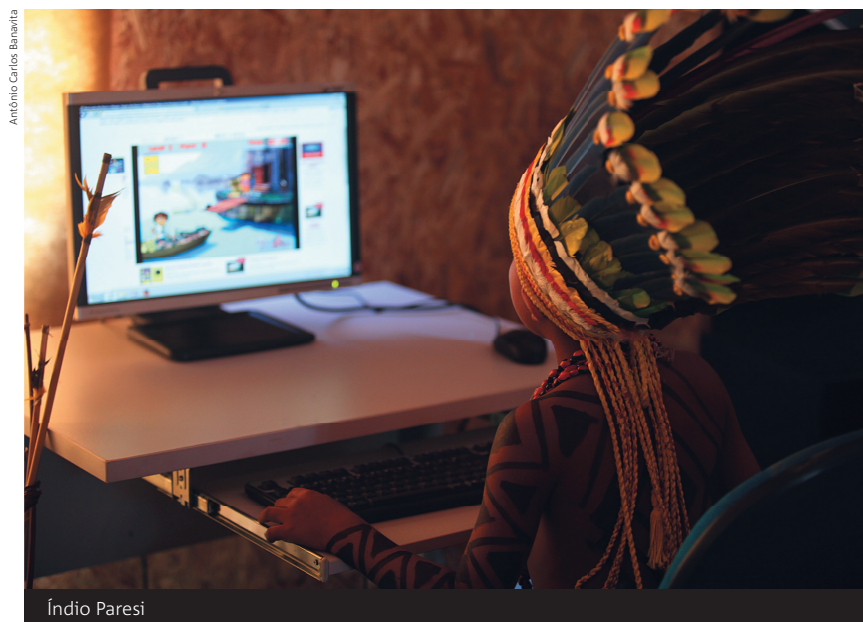
PROPOSTAS

- 1 Diagnóstico rigoroso sobre o **saber do professor**;
- 2 Priorização da **didática** nos cursos de Formação;
- 3 Plano de trabalho que atenda efetivamente às necessidades dos professores formadores;
- 4 Cursos consistentes e de duração necessária à formação adequada;
- 5 Número suficiente de professores formadores;
- 6 Avaliação periódica do corpo docente;

- 7 Garantia dos direitos trabalhistas dos professores/formadores equiparados aos que estão em sala de aula do ensino básico;

- 8 Reestruturação física.

Material de apoio aos alunos e professores



A **leitura** precisa estar presente dentro e fora das escolas de forma efetiva. Precisamos trocar o círculo vicioso, em que o despreparo na **leitura** e **escrita** dificultam a aprendizagem de outras matérias, por um círculo virtuoso, em que a **leitura** e a **escrita** contribuam para a apropriação do conhecimento. Segundo Freire (2000), “a **leitura** é um direito e uma forma de inclusão social, pois forma um sujeito crítico capaz de ver e ler a realidade do mundo de múltiplas formas”.

Cabe, aqui, um desafio aos gestores e governantes: precisa-se investir e trabalhar a **leitura** como uma possibilidade de mudança na formação de cidadãos críticos e atuantes, contribuindo para a qualidade da aprendizagem. Na formação do professor, a **leitura** amplia o acesso ao conhecimento e à formação profissional, enriquecendo sua prática, multiplicando em casa e na sala de aula os prazeres e as possibilidades que traz a **leitura**.

PROPOSTAS

- 1 Garantir aos alunos e aos professores, dentro das escolas, um espaço agradável, climatizado, reservado à prática da leitura e pesquisa (Biblioteca);
- 2 Incluir, na Plataforma Virtual da Secretaria Estadual de Educação, a Biblioteca Virtual, onde o professor poderá ter acesso ao maior e melhor acervo de livros e materiais de apoio possível, para o aperfeiçoamento e enriquecimento da sua prática pedagógica, uma espécie de “Enciclopédia virtual”;
- 3 Ampliar o projeto da Plataforma de estudos para o Enem, que já existe no site da Secretaria Estadual de Educação – Seduc/MT, em que o aluno, através do portal, poderá ter acesso gratuitamente aos conteúdos, exercícios e livros, dentro e fora da escola, ampliando as possibilidades de acesso;
- 4 Buscar apoio de parceiros, através da Secretaria Estadual de Educação, para a implantação e o desenvolvimento de projetos literários dentro das escolas;
- 5 Produzir **material didático específico** para o Ciclo de Formação Humana, com uma atenção especial a conteúdos como redação, leitura, escrita, cálculo e outros que contribuam para a melhora da aprendizagem.

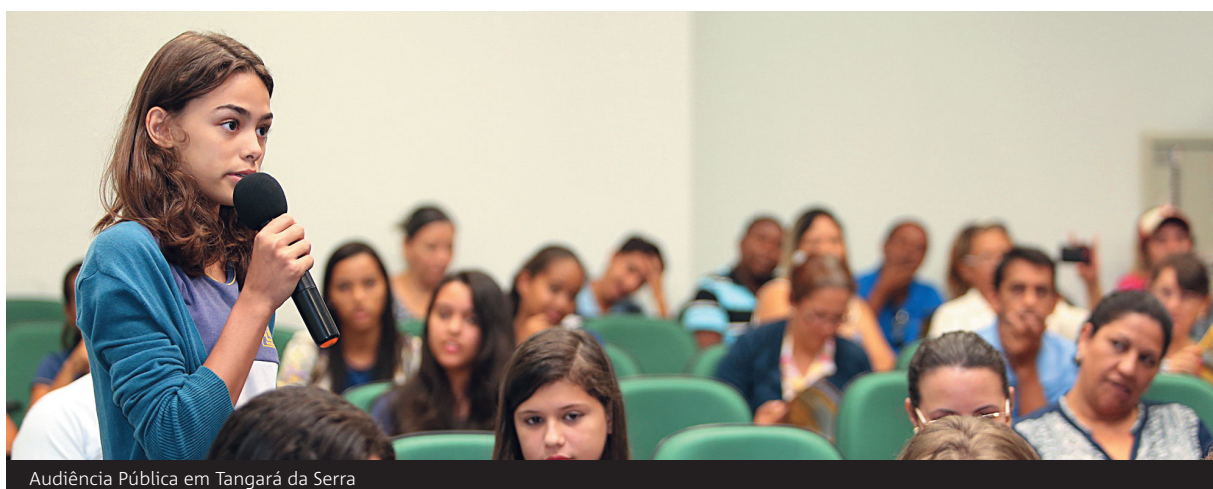
Avaliação institucional de todo Sistema Educacional

A avaliação institucional no contexto democrático visa ao fortalecimento da autonomia e das ações institucionais a serviço da melhoria e qualidade da Educação. Tem caráter qualitativo e formativo, compreendendo o sistema educacional e escolar como espaço constituído por sujeitos participativos em constante busca de transformação de si e do contexto em que se inserem, sinalizando caminhos para que os gestores, professores, estudantes e familiares possam promover a melhoria contínua do ensino-aprendizagem.

No processo de avaliação institucional é importante considerar os indicadores de qualidade do ensino e aprendizagem, o financiamento e investimento educacional, a infraestrutura física escolar, formas de utilização e aproveitamento dos ambientes, política de gestão, identidade institucional (perfil, missão, valores, objetivos), Projeto Político-Pedagógico (proposta de organização curricular e prática pedagógica: potencialidades e desafios), avaliação do desempenho, formação e profissional, etc.

PROPOSTAS

- 1 Avaliação externa, de âmbito estadual, aplicada aos alunos das escolas públicas da rede estadual de Ensino, que servirá como fonte de dados para a reformulação da política educacional, para estabelecer metas de melhoria da



Audiência Pública em Tangará da Serra

Karen Malagoli | Seduc/ALMT

qualidade de aprendizagem e da gestão pelas escolas, e, também, para o fortalecimento da formação continuada dos professores;

2 Avaliação de desempenho profissional dos docentes, aplicada para todos os profissionais da rede estadual de ensino, a cada 2 anos, conforme regulamenta o Art. 21 da LC 50/98: “O profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar ou mediante processo de avaliação periódica de desempenho, assegurados em todos os casos o contraditório e a ampla defesa”. (MATO GROSSO, 1998).

3 Avaliação de todo sistema educacional, estrutura física ofertada, formação continuada, gestores, material didático disponível, docentes e outros elementos dentro do sistema, através de diferentes instrumentos avaliativos, para a elaboração de ações estratégicas e políticas no âmbito estadual e municipal, articuladas ao Plano Estadual de Educação, visando acompanhar a implantação, implementação, desenvolvimento e os resultados obtidos no cumprimento das metas estabelecidas.

Escola Integrada

A implantação do tempo integral é uma necessidade primordial e, de forma gradual, precisa acontecer! Consiste na ampliação do tempo-espaço para no mínimo 7 horas diárias, definição da proposta a ser efetivada, centrando a ação no próprio espaço escolar ou em outros espaços socioculturais, esportivos, parceria com instituições públicas ou privadas, articulação com políticas públicas de assistência social e de preparação para o trabalho, investimentos financeiros na preparação dos espaços e dos ambientes, considerando a infraestrutura existente, e no atendimento às necessidades de alimentação, saúde, higiene, transporte e outras, considerando o aluno em tempo integral na escola.

Em uma concepção democrática de Educação em tempo integral, a ação é emancipatória,



Audiência Pública em Tangará da Serra

articulando conhecimento-trabalho-cultura para o desenvolvimento do saber, do posicionamento crítico, formação para o trabalho e das vivências democráticas. As atividades ou projetos, os quais contemplem esporte, arte, musicalidade, lazer e organizações coletivas, devem ser planejados e articulados ao currículo escolar, visando qualidade no trabalho educativo. Isso requer inovação das práticas pedagógicas de modo que não haja reprodução da escola convencional, mas que promovam mudanças nas experiências educativas.

PROPOSTAS

- 1** Iniciar a implantação gradualmente;
- 2** Adaptar a escola em sua estrutura física;
- 3** Que o contraturno ofereça, além de Esporte, Lazer e Cultura, atividades nas áreas da Língua e das Ciências Naturais, que melhorem nossa proficiência.

Família e escola

Um dos grandes desafios da nova escola é identificar meios para atrair e estimular a participação da família, para que ela se envolva e se considere corresponsável, membro ativo nas decisões do complexo papel da escola.

Segundo Paro,

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e, também, sobre as questões pedagógicas. Só assim a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano. (PARO, 1997, p. 30).

O professor tem nomeado a indisciplina como o principal problema na escola. Há vários casos de agressões físicas e morais, tentativas de homicídios e até assassinatos, ameaças de toda natureza dentro e no entorno da escola. Não dá mais para continuarmos a assistir à degradação diária do ambiente escolar. A família, sozinha, não resolve, mas ela precisa se integrar à escola, ser um elo importante na construção de um ambiente saudável e harmônico, para que o processo ensino-aprendizagem transcorra com êxito.

Trazer as famílias para o convívio escolar está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. Precisamos, então, criar meios para que isso ocorra de forma efetiva e constante. A escola não deve chamar os pais somente para a entrega de relatórios, ou quando houver reclamação dos filhos.

É preciso criar a cultura de presença permanente da família na escola, socializar propostas, dividir responsabilidades e socializar as decisões. A família tem de sair do nível da informação das decisões tomadas pela escola e passar para o nível de coparticipação.

PROPOSTAS

- 1 Abrir o espaço físico escolar para programas que incentivem a participação das famílias;
- 2 Assegurar que o Poder Legislativo aprove projetos que estimulem e garantam segurança jurídica para os pais participarem ativamente dos principais momentos da escola;
- 3 Criação em todas as escolas do Conselho de Família, coordenado por um pai, mãe ou responsável pelo aluno, e que o coordenador seja remunerado mensalmente;
- 4 Criação de canais de comunicação direta com a família.
- 5 Realizar pesquisas para diagnosticar o perfil das famílias da comunidade escolar;
- 6 Garantir a participação dos pais e/ou responsáveis no planejamento das atividades escolares, iniciando pela elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- 7 Ampliação das oportunidades educativas através da criação da Escola Aberta, que atenderá a comunidade escolar aos finais de semana;
- 8 Reunir profissionais da educação, famílias e diferentes “atores” sociais como voluntários no projeto da Escola Aberta;
- 9 Trabalhar, via palestras, workshops, temas como:
 - Planejamento familiar;
 - Educação para os filhos;
 - E outros.



Audiência Pública em Rondonópolis

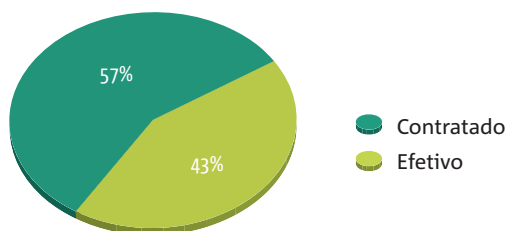
Ronaldo Maiza | Secom/ALMT

Concursos públicos

O concurso público para ingresso na carreira de profissionais da Educação é constitucionalmente estabelecido a cada dois anos em Mato Grosso, e tem seus fundamentos legais regulamentados na Lei Complementar nº 50/98.

Anualmente, o Estado concentra uma demanda exagerada de contratos temporários, comparando-se com o quantitativo de profissionais efetivos. Os professores com contratos temporários não têm estabilidade, e possuem menos direitos que os efetivos concursados. De modo geral, esse fator interfere no processo pedagógico e desempenho dos estudantes, pois todos os anos, nas unidades escolares, ocorrem rotatividades de professores, sem possibilidade de permanecer no quadro de profissionais e dar continuidade às práticas docentes iniciadas.

Porcentagem de Carga Horária atribuídas aos professores da Rede Estadual de Mato Grosso no ano de 2015



Carga horária atribuída aos professores Contratados (un.)	192.040
Carga horária atribuída aos professores Efetivos (un.)	144.337

Fonte: BiSeduc, 2015.

Assegurar a efetivação de profissionais através de concurso público, periódico, conforme a necessidade real na Educação, por um lado beneficia a profissionalização e a valorização profissional, com o ingresso na carreira, e, por outro lado, é investimento para a melhoria da qualidade na educação.

PROPOSTAS

- 1 Que haja critérios justos e legais para a seleção dos professores temporários;

- 2 Realização de Concursos Públicos periódicos, sempre que houver a necessidade da contratação de profissionais para a Educação.

Enturmação

A Enturmação é uma das características do Ciclo de Formação Humana que causou muita polêmica, durante as audiências, tendo em vista que na prática, para esse sistema, o único critério escolhido para a classificação do aluno é a faixa etária, e não o conhecimento adquirido. De acordo com a Resolução nº 262/2002 - CEE/MT, art. 7º, “para efeito de composição das turmas de cada ciclo, tomar-se-á por referência, de maneira articulada e cumulativamente, os seguintes fatores”:

- I - A faixa etária;
- II - A pluralidade de saberes e a diversidade cultural, a maturidade intelectual e afetiva e a multiplicidade de experiências cognitivas dos grupos de alunos(as);
- III - Consideração da vivência e do aproveitamento escolar anterior.

No Ciclo de Formação com Aprendizagem, ao organizar a Enturmação, as equipes escolares precisam aplicar os critérios, já definidos na Resolução nº 262/2002, de modo equilibrado, tanto as características etárias dos estudantes quanto as diversas necessidades e possibilidades de aprendizagem, idade para o maior proveito das diversas formas de agrupamentos e intervenções pedagógicas, que podem ser promovidas cotidianamente.

PROPOSTAS

- 1 Descrever as estratégias de intervenção pedagógica a serem desenvolvidas;
- 2 Identificar coletivamente quais as capacidades e habilidades os estudantes já consolidaram e em quais apresentam maior defasagem;
- 3 Estabelecer um cronograma para a execução do Plano de Melhoria da Aprendizagem.

Avaliação no Ensino Fundamental

Avaliar possui um significado amplo, que abrange múltiplas dimensões, podendo envolver a análise da aprendizagem dos estudantes, do trabalho docente, das escolas ou, ainda, do sistema de ensino. O ato de avaliar é inerente à atividade docente que visa acompanhar sistematicamente o processo de ensino-aprendizagem, monitorar e fornecer subsídios para o planejamento.

Através da avaliação é possível organizar e reorganizar a metodologia de ensino, com as múltiplas formas de aprender, capaz de atender às especificidades, realidades e dificuldades de cada aluno.

Assim, o aprendiz consegue desenvolver suas capacidades e habilidades necessárias gradativamente, a partir da utilização fundamental desta ferramenta que é a AVALIAÇÃO.

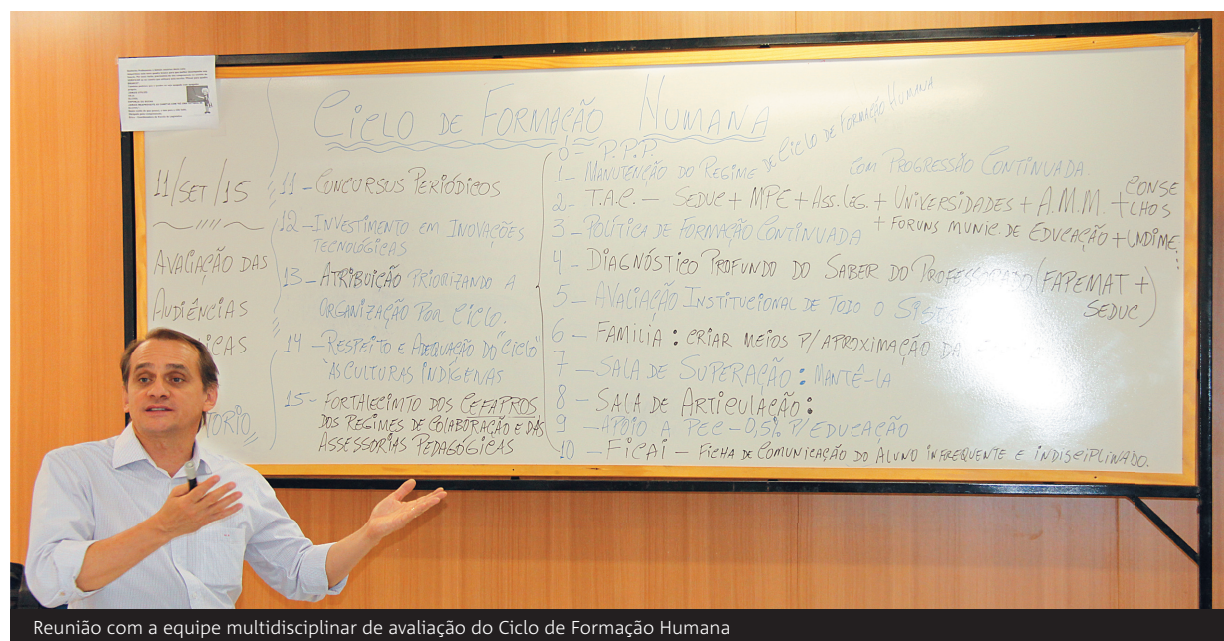
No processo avaliativo, o professor pode e deve utilizar vários instrumentos, como: **provas, trabalhos, pesquisas, autoavaliação, observação, seminários, rodas de conversas, Conselhos por Ciclo, Conselhos de Classe, reuniões com pais ou responsáveis, e outros.**

Muitos professores possuem dificuldades para avaliar e diferenciar os objetivos da avaliação dentro do Ciclo de Formação Humana. Para muitos

docentes, avaliar é meramente um ato burocrático de atribuir uma nota ou construir um relatório ao final de um bimestre, semestre, ano, ciclo ou, mesmo, no realizar de uma prova e ponto final. Quando, na verdade, avaliando somos capazes de trabalhar, retomar, consolidar e introduzir conteúdos e práticas necessárias para a aprendizagem do aluno, evitando, assim, que o aluno fique retido ou que não aprenda e passe para a fase ou Ciclo seguinte.

PROPOSTAS

- 1 Garantir, por meio de acompanhamento e monitoramento dos coordenadores pedagógicos, a diversificação dos instrumentos avaliativos e o início da avaliação diagnóstica, processual e gradativa desde o primeiro dia de aula, possibilitando, assim, a elaboração do plano de melhoria da aprendizagem e encaminhamento, no decorrer do ano letivo, dos alunos com dificuldades e fragilidades às salas de articulação e superação;
- 2 Auxílio ao professor na compreensão do processo de ensino-aprendizagem das capacidades e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos em cada Ciclo;



Reunião com a equipe multidisciplinar de avaliação do Ciclo de Formação Humana

- 3 Incentivos aos alunos para a melhoria do desempenho e a aquisição de novas aprendizagens, por meio de práticas de lazer, intercâmbio sociocultural e envolvimento dos estudantes com as unidades escolares de ensino, para o fortalecimento das relações estabelecidas entre todos os membros da comunidade escolar;
- 4 Recuperação intensiva com medidas de intervenções objetivas e contínuas, por meio de ações dirigidas às dificuldades específicas, assim que estas forem constatadas, visando à superação dos desafios de aprendizagem.

Plano de melhoria da aprendizagem

O compromisso de garantir a aprendizagem é um objetivo a ser discutido permanentemente pela Secretaria Estadual de Educação, Conselhos, por todas as escolas e demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Devemos dedicar maior atenção ao processo de aprendizagem, com o objetivo de elevar os níveis de conhecimento dos alunos, sobretudo daqueles que apresentam maiores dificuldades.

Para elaborar os planos de melhoria da aprendizagem, as escolas deverão mobilizar e envolver seus profissionais num processo de reflexão sobre a realidade escolar, diagnosticando, com base nos resultados de avaliações internas e externas, fragilidades e potencialidades que interfiram no desempenho dos estudantes e, assim, propor ações que permitam readequar os planejamentos de ensino dos professores e reestruturar a organização do trabalho escolar.

Sala de Articulação

É destinada aos alunos com dificuldades de aprendizagem e que necessitam de apoio pedagógico. Tem um caráter interventivo e também visa promover condições de acesso e de permanência das crianças na escola. Em 2015, 301 escolas em Mato Grosso (43%), não possuíam o professor articulador e nem a sala de articulação (dados da

Seduc/MT, 2015), prejudicando, intensamente, o aluno no seu processo de ensino-aprendizagem.

PROPOSTAS

- 1 Funcionar efetivamente a partir do início do ano letivo;
- 2 Garantir, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, o perfil de entrada e saída do aluno em cada etapa do ensino;
- 3 Implantar, nas escolas, uma sala de articulação por Ciclo;
- 4 Proporcionar meios para que o professor-articulador e o professor-regente tenham um diálogo constante com a família, visando em conjunto à melhoria do aprendizado do aluno.

Sala de Superação

Criada como estratégia de intervenção pedagógica em favor do educando que se encontra defasado na Idade/Ciclo, desenvolvendo um trabalho complementar, para que o aluno consiga acompanhar sua turma.



PROPOSTAS

- 1 Que o projeto de superação seja um item do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que destaque os objetivos e metodologias da proposta;
- 2 Prioridades claramente definidas, compartilhadas, abertamente formuladas, anunciadas, identificáveis na organização dos espaços e classes que garantam a promoção da aprendizagem;
- 3 Disponibilização de recursos materiais e humanos que permitam aos professores a prática das atividades necessárias;
- 4 Que funcione desde o início do ano letivo;
- 5 Professores com formação qualificada na área de Pedagogia – alfabetização e do letramento;
- 6 Implantação de uma sala por ciclo, com funcionamento garantido desde o início do ano letivo, para que o professor-articulador participe da construção da avaliação diagnóstica, juntamente com os professores-regentes.

Atribuição de aulas priorizando a organização por Ciclos

Nos Ciclos de Formação existe uma lógica de organização do tempo e espaço, considerando três etapas, com duração de 3 anos contínuos, articulados ao tempo de vida dos alunos. Neste parâmetro, a atribuição ideal da jornada de trabalho docente de 40 horas por semana deve considerar a permanência do professor no Ciclo, superando a atribuição anual que remete à descontinuidade do trabalho docente. Nessa perspectiva, o professor poderá acompanhar o processo de aprendizagem de seus alunos, conhecer suas potencialidades e dificuldades, e realizar as intervenções necessárias que o processo pedagógico requer.

Nesse sentido, devem ocorrer mudanças nos critérios de atribuição, atualmente centrado na contagem de pontos, impedindo que o professor permaneça acompanhando as turmas com as quais tenha trabalhado no período letivo anual anterior. Novos critérios precisam ser estabelecidos considerando a identidade e perfil do professor para cada Ciclo, o desempenho profissional para as atividades inovadoras e interventivas, com foco na superação dos desafios de aprendizagem e desenvolvimento global do aluno.

Escola Estadual Prof. João Crisóstomo, em Cuiabá



Tiago Poli

PROPOSTAS

- 1 Priorizar a formação, identidade e o perfil do professor para cada Ciclo;
- 2 Lotação de professores com melhor qualificação nas escolas com menor desempenho;
- 3 Garantir a unidocência até o 5º ano.

Inovações tecnológicas

As tecnologias da informação estão presentes em todos os espaços da sociedade contemporânea, inclusive em muitas escolas da rede pública estadual. O uso dessas ferramentas pode e deve tornar a escola mais atrativa e inclusiva, levando os alunos à era digital, facilitando o desenvolvimento de competências e habilidades exigidas na atualidade.

PROPOSTAS

- 1 Garantir às escolas equipamentos modernos e internet de alta velocidade;
- 2 Formação competente aos professores em tecnologias educacionais;
- 3 Exigir das escolas o **Plano de Trabalho** anual, com metas e diretrizes para a formação em tecnologias, articulada com áreas do conhecimento;
- 4 Realização de feiras, concursos e competições sobre tecnologias inovadoras.

Respeito e adequação do Ciclo às Culturas Indígenas

A adequação do Ciclo às Culturas Indígenas vem garantir melhorias na Educação Básica, para todos, incluindo as especificidades dos povos indígenas, garantindo atendimento específico, respeitando suas culturas, crenças, costumes e línguas. Cada povo tem sua própria cultura, veem e compreendem o mundo e a humanidade de forma



distinta, constituindo-se um mundo único, rico, diverso culturalmente.

É preciso valorizar e cultivar as culturas indígenas, proporcionando um ensino que atenda e preserve os traços naturais dessa cultura tão rica em saberes. Ao longo dos anos, a escola vem se transformando, e, para isso, inúmeras mudanças ocorreram desde a década de 1980, quando os povos indígenas passaram a ocupar espaços destinados aos não índios, a reivindicarem direitos e fortalecerem a representatividade jurídica e política na organização das comunidades.

PROPOSTAS

- 1 Respeitar e valorizar as características étnicas e culturais dessas populações, trabalhando com um currículo que contemple conteúdos como conhecimentos de história, língua, direitos e expectativa de cada povo;
- 2 Aumentar a oferta de formação superior em licenciaturas, nas universidades públicas e particulares, para os docentes das populações indígenas;
- 3 Garantir às comunidades indígenas mecanismos de interação com o mundo dos não índios, como computadores, internet, encontros culturais, entre outros;

- 4 Garantir, através do ensino, alternativas de trabalho, emprego e renda, contribuindo assim com autossustentação digna, com evolução e permanência dos povos indígenas na comunidade de origem;
- 5 Melhorar significativamente a regularização e estruturas físicas de escolas inseridas nas comunidades indígenas;
- 6 Elaborar, juntamente com a comunidade indígena, calendários, regimentos, conteúdos programáticos adaptados às particularidades étnico-culturais e linguísticas próprias de cada povo.

Qualificação dos gestores escolares

Com a busca cada vez mais intensa pela autonomia administrativa e financeira das unidades escolares, e, ao mesmo tempo, os órgãos de controle exigindo maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos, como também maior eficiência no processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário programas permanentes

de qualificação dos gestores e a realização de parcerias com instituições, órgãos e entidades, para a qualificação nas áreas de:

- ▶ Prestação de contas;
- ▶ Gastos públicos;
- ▶ Orçamento participativo escolar;
- ▶ Formação Continuada Pedagógica.

Reestruturação e manutenção física das escolas

A estrutura física da escola é uma ferramenta de suma importância no processo de ensino-aprendizagem. A ausência de infraestrutura, a inexistência de projetos arquitetônicos adequados e viáveis, a falta de recursos públicos e, até mesmo, a utilização de instalações inadequadas dos prédios escolares são problemas reais enfrentados por grande parte das escolas do nosso Estado.

Segundo Lima (1995):

Para qualquer ser vivo, o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas, sobretudo para o seu desenvolvimento. Para o ser humano, o es-



Escola Estadual Presidente Médici, em Cuiabá

Rafaela Zanoli | Gcom/MT

paço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento de si e dos outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais. (LIMA, 1995, p. 187).

Precisamos compreender as contribuições do ambiente físico ao desenvolvimento e à aprendizagem. Quando conversamos com pais e alunos e perguntamos *qual é a maior diferença entre a escola pública e a particular*, recebemos como resposta: *o ensino e a estrutura física. Esta, por sua vez, como facilitadora do desenvolvimento e aprendizagem*.

Nesse sentido, precisamos garantir à escola um padrão mínimo de qualidade, como bibliotecas, computadores, laboratórios de ciências, auditórios, quadras de esportes, refeitórios, saneamento básico, climatização adequada, materiais didáticos, recursos visuais, audiovisuais, e muitos outros que possibilitem a aprendizagem dos estudantes na rede pública.

PROPOSTAS

- 1 Constituir um ambiente propício ao desenvolvimento pleno da alfabetização, com recursos didático-pedagógicos, tais como: cantinho da leitura, jogos, objetos manipulativos, e outros;
- 2 Disponibilização de multimeios didáticos (DVD, computador, calculadora, retroprojeto, fotocopiadora, projetor de slides, televisor, mimeógrafo, etc.) por escola, garantindo assim o acesso às tecnologias de informação e recursos didáticos de uso especial;
- 3 Manutenção física da infraestrutura das escolas para limpeza externa e interna, controle dos materiais e equipamentos necessários para a organização do ambiente escolar;
- 4 Execução periódica de reparos elétricos e hidráulicos, pinturas, sanitários e de alvenaria;
- 5 Acompanhamento constante dos equipamentos necessários ao refeitório e à cozinha, fiscalização da limpeza e organização do local, para a garantia de qualidade das refeições.



Metas de desempenho por escola

As metas a serem propostas devem traduzir, em termos de resultados finais, os objetivos que a escola espera atingir, por meio de ações planejadas ao longo do período de 9 anos, entre 2017 e 2025. Elas devem permitir avaliações precisas sobre o processo de implementação das ações, no final do prazo estabelecido para a execução de cada uma das propostas. Assim, ao elaborar os planos de intervenção pedagógica, as escolas deverão propor metas em relação a vários critérios, como fluxo escolar e aprendizagem.

Para cada ação prevista nos planos e projetos, será necessário estabelecer um prazo e quem são os responsáveis pela execução, considerando a amplitude e a exequibilidade, assim como a disponibilidade de recursos humanos e materiais por escola.

Definir com clareza quais são as competências do professor em cada Ciclo

Na organização por Ciclos, a ação profissional compreende ensinar com competência teórica e operativa, senso de responsabilidade com sua fun-

ção e com a qualidade social da Educação. Dessa forma, faz-se necessária a definição das competências docentes em cada Ciclo, objetivando auxiliar ou qualificar a sua prática pedagógica, considerando-se que cabe ao professor:

- 1 Alfabetizar e letrar crianças do 1º Ciclo, de modo que possam dominar a leitura, escrita, cálculo e medidas; construir noções científicas; compreender a relação tempo-espço; e desenvolver a própria identidade e o sentimento de pertencimento sociocultural;
- 2 Promover, aos alunos do 2º Ciclo, o desenvolvimento da capacidade interativa, discursiva e de sistematização mais elaborada do conhecimento, o domínio das regras da linguagem escrita, da leitura e do cálculo; organização do pensamento lógico-matemático e elaboração de conceitos científicos; análise crítica de fatos da natureza e da sociedade; construir relações históricas e econômicas, políticas, culturais e noções tecnológicas;
- 3 Estimular, no 3º Ciclo, situações desafiadoras para que os adolescentes aprimorem as capacidades de pensar, organizar informações, atribuir significados e ampliar os conhecimentos; problematizar a realidade observada e vivida; compreender os fenômenos naturais e sociais, contextualizando a realidade histórica, econômica e cultural; utilizar o conhecimento aprendido para pensar e transformar a si próprio e a realidade em seu contexto.

Diagnósticos sobre o saber do professor

Sabemos que os professores não recebem, nas Universidades, uma formação acadêmica para trabalharem com o Ciclo de Formação Humana e, também, não receberam o preparo suficiente na formação continuada ofertada pela Seduc. Tornando-se necessário reforçar seus conhecimentos sobre diversos conteúdos programáticos, sugerimos a realização periódica de diagnósticos a respeito do saber do professor.

- ▶ Quais saberes são necessários para ensinar?
- ▶ O que sabem os professores?
- ▶ O que não sabem?
- ▶ Os professores temporários recebem uma Formação voltada para a escola ciclada ao desempenharem suas funções?
- ▶ Quais saberes são discutidos na formação profissional continuada?
- ▶ Que relação há entre os saberes teóricos e a prática profissional?

Essas e outras dúvidas serão respondidas pelos diagnósticos.

Segundo Gardner (2002), referindo-se ao saber docente, “é na prática refletida, na (ação-reflexão) que este conhecimento se produz, na inseparabilidade entre teoria e prática”.

Para esse autor, a experiência docente é um espaço de produção de conhecimento, decorrendo da postura crítica do professor sobre sua prática profissional, permitindo-nos refletir criticamente sobre o que ensinar, como ensinar e para que ensinar.

A partir do conhecimento preciso das carências do nosso corpo docente, será possível, de maneira equilibrada e eficiente, definir a formação continuada com carga horária suficiente para a devida qualificação, sempre priorizando a didática.

PROPOSTAS

- 1 Que esses diagnósticos sejam realizados pela Fapemat (Fundação de Amparo e Pesquisa);
- 2 Participação de representantes do corpo docente da Rede Pública de Ensino na elaboração desses diagnósticos;
- 3 Realização desses diagnósticos por meio das avaliações de desempenho, questionários, resultados das avaliações externas, e outros, a critério da Instituição, periodicamente de 3 em 3 anos, iniciando em 2016;
- 4 Que os resultados sejam tratados com responsabilidade e não exponham individualmente os professores.

7

Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente e Indisciplinado



A FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente e Indisciplinado – é exigência legal da LDB/1996 (Art. 5º, 12º e 13º), no sentido de que a escola, a família e a comunidade encontrem mecanismos de controle da frequência, do rendimento dos alunos e, conseqüentemente, evitando possíveis evasões.

Art. 5º - O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União: III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1996).

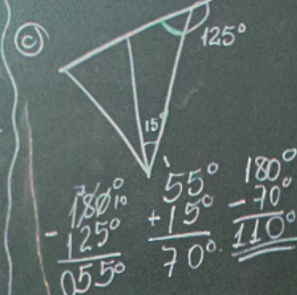
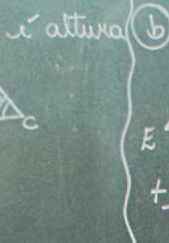
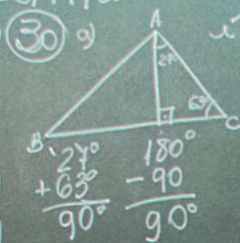
A FICAI é um instrumento capaz de verificar, além da infrequência escolar, eventuais abusos praticados contra crianças e adolescentes, haja vista a conseqüente aproximação criada pela FICAI entre a família, a escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público. A Ficha reveste-se como um importante instrumento de inclusão escolar, pois é dever de toda a sociedade a defesa e proteção das crianças e dos adolescentes, protegendo-os de todas as violações às quais estão submetidos, inclusive as que lhes negam o direito à Educação.

PROPOSTAS

- 1 Iniciar a implantação da FICAI no ano letivo de 2016;
- 2 Garantir a coordenação deste processo ao Ministério Público Estadual, que atuará em conjunto com as escolas, Conselhos Tutelares e outros parceiros pertinentes, **atuando sempre em rede**;
- 3 Proporcionar formação aos professores sobre como e quando utilizar a FICAI e sua importância para a escola;
- 4 Monitoramento das etapas executadas da FICAI, através dos centros de apoio pedagógico, combatendo com rigor a evasão;
- 5 Identificar as causas da infrequência, procurando a melhor alternativa do resgate do aluno à escola;
- 6 Que a FICAI seja um dos instrumentos utilizados em todas as oportunidades onde forem discutidas a infrequência e indisciplina do aluno, como nas reuniões dos Conselhos Tutelares, Escolares e de Pais, reuniões realizadas pela Secretaria de Educação, reuniões das redes integradas e pelo Ministério Público.

Pondorópolis, 16/11/2015

- (28) a) mediana
b) Altura
c) Bissetriz
d) Altura.



Polícia
Escola
FAMÍLIA

8

Termo de Ajustamento de Conduta – TAC



É nitido que há um esgotamento e ceticismo em relação às propostas “mirabolantes” que possam do dia para a noite “salvar” a Educação brasileira. O que pretendemos, ao dar nossa modesta contribuição, é amarrar e garantir que o conjunto de ideias seja aprovado e tenhamos a garantia da sua execução. Que saia do papel para as salas de aulas, podendo ser discutido e aperfeiçoado. E que fique muito claro o envolvimento de todos os atores do processo ensino-aprendizagem, com suas respectivas responsabilidades, prazos, valores financeiros, etc.

Após importantes discussões com instituições, entidades, órgãos públicos e privados, famílias, alunos, professores, gestores escolares, especialistas, parlamentares e outros, tomamos a liberdade de sugerir a convalidação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com as seguintes distribuições de tarefas:

Ministério Público Estadual

- ▶ Responsável pela elaboração e acompanhamento do fiel cumprimento das missões estabelecidas para os atores envolvidos;
- ▶ FICAI – Implantação e coordenação da rede.

Secretaria de Estado de Educação

- ▶ Relançamento dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) de forma entusiasta e motivadora;
- ▶ Garantir, até o final de 2016, uma Sala de Suporte por Ciclo em cada escola da rede pública estadual;
- ▶ Garantir, desde o início de 2016, a presença do Professor-Articulador nas escolas;
- ▶ Atribuição de aula e de sala que priorize o sistema de ensino organizado por Ciclos;
- ▶ Oferta permanente de formação consistente e que priorize a didática.

Secretaria de Estado de Ciência, Inovação e Tecnologia

- ▶ Será a responsável pela política de inovação, inovações tecnológicas;
- ▶ Realizará, a cada 3 anos, avaliação institucional de todo o sistema, custeando os gastos via Fapemat;
- ▶ Executará ampla pesquisa com o objetivo de diagnosticar o **Saber do Professor**;
- ▶ Será a responsável, via Unemat, pelos Concursos Públicos, em todas as suas etapas;
- ▶ Responsável pela reestruturação dos Cefapros.

Secretaria de Estado de Cultura

- ▶ Adequação do Ciclo às Culturas Indígenas.

Universidades e Faculdades de Licenciaturas – Pedagogia

- ▶ Reforma do Currículo, direcionando o ensino para o Ciclo de Formação Humana e priorizando a Didática;
- ▶ Garantir um mínimo de 30% de aulas práticas aos graduandos;
- ▶ Implantação de cursos para graduação de professores, com o currículo voltado para o Ciclo de Formação Humana.

Assembleia Legislativa

- ▶ Debater e aprovar mensagens do Executivo, Projetos de Lei e outros, que garantam o aperfeiçoamento do Ciclo de Formação Humana na Rede Pública de Ensino de Mato Grosso.

Conselho Estadual de Educação – CEE

- ▶ Garantir e auxiliar, através de normas, a autonomia, o espaço democrático e a sistematização do processo de ensino.

União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME

- ▶ Fortalecer e construir políticas educacionais municipais em conjunto com a rede estadual de ensino, propondo melhorias na qualidade dos recursos pedagógicos, físicos e humanos.

Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM

- ▶ Convênio com o Estado para obtenção de apoio financeiro e fortalecimento do sistema educacional dos municípios, tendo em vista que esses alunos chegarão ao Ensino Médio ofertado pelo Estado.



9

Crescimento gradual do duodécimo para Educação



A Constituição Estadual de 1989 (Art. 245) garantiu 35% das receitas de impostos e transferências para a Educação Pública de Mato Grosso. Decorridos 26 anos, esse percentual nunca atingiu o patamar constitucional, pelo contrário, raros foram os anos que ultrapassaram os 25%.



Audiência Pública em Rondonópolis

Somos cientes de que é quase impossível dar esse salto de um ano para o outro, mas é preciso avançar rumo a essa meta constitucional. Apresentamos esse projeto de emenda à Constituição Estadual, propondo um crescimento gradativo, de forma que até 2035 o percentual de 35% seja atingido. Esse projeto foi aprovado em 2015, e, já em 2016, a Secretaria de Educação receberá um aumento de R\$ 48,5 milhões para o custeio de programas, projetos, investimentos, formação continuada, combate ao analfabetismo, diversidades, e outras ações de melhorias para a Educação pública estadual.

PROPOSTA

- 1 Acompanhar a aplicação da Emenda Constitucional nº 13/2015, a partir de 2016.



Considerações finais



Não se transforma a Educação com um simples relatório ou com uma verve panfletária e dissociada da prática educacional. É absolutamente necessário **ter vivido e sentido na pele o ensino**. Esta foi a principal motivação que nos levou a ousar e buscar, intensamente, a direção para os rumos da Educação mato-grossense. Estou deputado estadual, há 25 anos ocupei esta cadeira por dois mandatos consecutivos; anteriormente, estive vereador de Cuiabá; posteriormente estive, por seis anos, deputado federal e, também, com muita honra, estive prefeito da nossa querida Cidade Verde por quase seis anos... Sim, estive vereador, estive e estou deputado estadual, estive deputado federal e estive prefeito, mas **SOU PROFESSOR!** Sou professor há 34 anos! Professor interino na rede pública, professor de cursinho em diversas escolas de Cuiabá, professor concursado do nosso Estado, e, nesses 34 anos passaram por mim mais de 40.000 alunos e alunas, que foram e são fundamentais na construção de Mato Grosso.

Mesmo das tribunas que ocupei ao longo de minha vida pública, não deixei de, com humildade, ensinar e aprender com meus pares e aqueles que se dispuseram a ouvir-me. Estivesse onde estivesse, estava em uma sala de aula. Porém, um dos privilégios que a vida me reservou foi, estando prefeito, mudar o ensino das nossas crianças e adolescentes. Na capital, mudanças que podem ser comprovadas pelos índices do IDHM aferido pela ONU através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). É incontestável o salto na qualidade da nossa Educação em Cuiabá. Todavia, não me prendo à frieza dos números, ainda que tenha, com os valorosos companheiros educadores, deixado a capital de todos os mato-grossenses em primeiro lugar no quesito Ensino Fundamental entre os 141 municípios do Estado e entre as melhores capitais do país. Antes, prefiro ver a alegria no olhar de nossos alunos, a satisfação dos pais com o ensino dado a seus filhos e o reconhecimento da sociedade a todos os trabalhadores que foram os protagonistas nessa transformação. E foi, a partir dessa experiência vitoriosa, que ousei, ao lado de inúmeros colaboradores diretos e indiretos, pensar que, juntos, podemos

revolucionar o ensino mato-grossense. Assim, o ponto de partida foi a consulta, o debate e o diagnóstico da nossa realidade, e fizemos isso de maneira democrática, indo a todas as regiões de Mato Grosso, levando, em Audiências Públicas, os nossos anseios, os nossos questionamentos e, acima de tudo, ouvindo os profissionais que estão no “chão da escola”, os nossos sonhos de fazermos uma Educação transformadora e cidadã.



Audiência Pública em Barra do Garças

Obviamente, este relatório não se propõe ser a panaceia para a Educação mato-grossense, antes é um diagnóstico da difícil realidade, na qual convivem duas maneiras distintas e conflitantes de transmissão do conhecimento, além de propor possíveis soluções para a grave crise pela qual passa o nosso ensino.

Não partimos apenas dos dados estatísticos, nada animadores sobre a nossa Educação; fomos “*in loco*”. Fizemos um amplo debate com docentes, discentes, pais, gestores, entidades de classe, enfim, todos os entes envolvidos no processo de formação de nossas crianças e jovens. Foram oito Audiências Públicas que debateram o Ciclo de Formação Humana, onde a práxis educacional foi intensamente discutida para que pudéssemos, finalmente, apresentar este relatório que, esperamos, sirva, de algum modo, para melhorar a qualidade do ensino nas unidades escolares de Mato Grosso.

O sistema ciclado ou o sistema seriado? Eis a questão! É inquestionável, do ponto de vista pedagógico, a superioridade do sistema ciclado sobre o seriado, desde que observadas algumas condições inerentes ao Ciclo e à realidade socioeconômica do nosso Estado. Primeiro, a importância e o comprometimento dos professores; segundo, a formação continuada; terceiro, o envolvimento da gestão escolar com o Ciclo; quarto, o planejamento educacional coletivo; quinto, a construção do perfil das turmas; sexto, tempo de permanência do aluno na escola (tempo integral); e, sétimo, de suma importância, a capacidade de investimento estatal, dentre tantos outros condicionantes para o sucesso do sistema ciclado. Estas e outras propostas estão contempladas em nosso relatório. Contudo,

as suas viabilidades implicam tempo, recursos humanos e financeiros. O nosso tempo é ontem, já que a defasagem do ensino mato-grossense é notória, portanto é mister uma “Cruzada Educacional” para criarmos as condições necessárias a uma retomada eficaz do ensino-aprendizagem de nossas crianças e de nossa juventude. Quanto aos recursos financeiros, procuramos garanti-los ao aprovarmos uma Emenda Constitucional que eleva, de 25% para 35% da receita dos impostos e transferências, a verba destinada à Educação. Essa elevação será gradativa, aumentando no mínimo 0,5% a cada ano. Ao contrário da aparência tímida, a proposta tem intrínseco o caráter exequível, tão necessário à sua materialização por parte do poder executivo.

Não podemos pensar em um Mato Grosso grande enquanto ele for permeado por desigualdades e por ilhas de prosperidade e desenvolvimento. E a solução para essas discrepâncias não está na revolução de cunho político, mas na revolução educacional, e essa, nós, querendo, podemos fazê-la!

Temos profissionais comprometidos com o ensino em todos os rincões do Estado; temos a determinação do governo estadual para mudarmos essa realidade adversa; temos o domínio de novas tecnologias que podem facilitar essa importante missão; temos a simpatia dos pais nessa tarefa e, além de tudo, temos crianças e jovens ávidos para vislumbrarem horizontes mais amplos. A verdadeira transformação começa com o **Ciclo de Formação com Aprendizagem**, uma transição para a efetiva implantação do Ciclo de Formação Humana.

Referências



ARAÚJO, Marisa Inês Brescovici. *Resistência docente à escola ciclada*. Brasília: Liber Livro Editora, 2006. 189 p.

ARROYO, M. G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. *Educação e Sociedade*. Campinas-SP, n. 68, p. 143-162, 1999.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. *Revista Pedagógica 2014*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. Orientações Curriculares, v. 1. Juiz de Fora, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96*. Brasil em Ação. Brasília, 1997.

_____. Câmara dos Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 45. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015. 112 p.

CABRENA, Renata Cristina. *Docência e desespero: avaliação da aprendizagem na escola ciclada*. Brasília: Liber Livro Editora, 2010. 185 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KRUG, Andréa Rosana Fetzner. *Ciclos de formação: desafios da teoria pedagógica para as práticas escolares*. GT: Educação Popular, n. 06. UFRGS – UFF.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar-aprender a sentir, ser e fazer*. Cuiabá: Seduc, 2001.

_____. *Proposta de reorganização do ensino fundamental: Implantação do ciclo básico de aprendizagem*. Cuiabá, 1997.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Parecer nº 289/02 – CEE*. Cuiabá/MT, nov. 2002a.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Resolução nº 262/02 – CEE*. Cuiabá/MT, nov. 2002b.

MOLL, Jaqueline (Org.). *Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NÓVOA, Antônio. *Profissão professor*. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995.

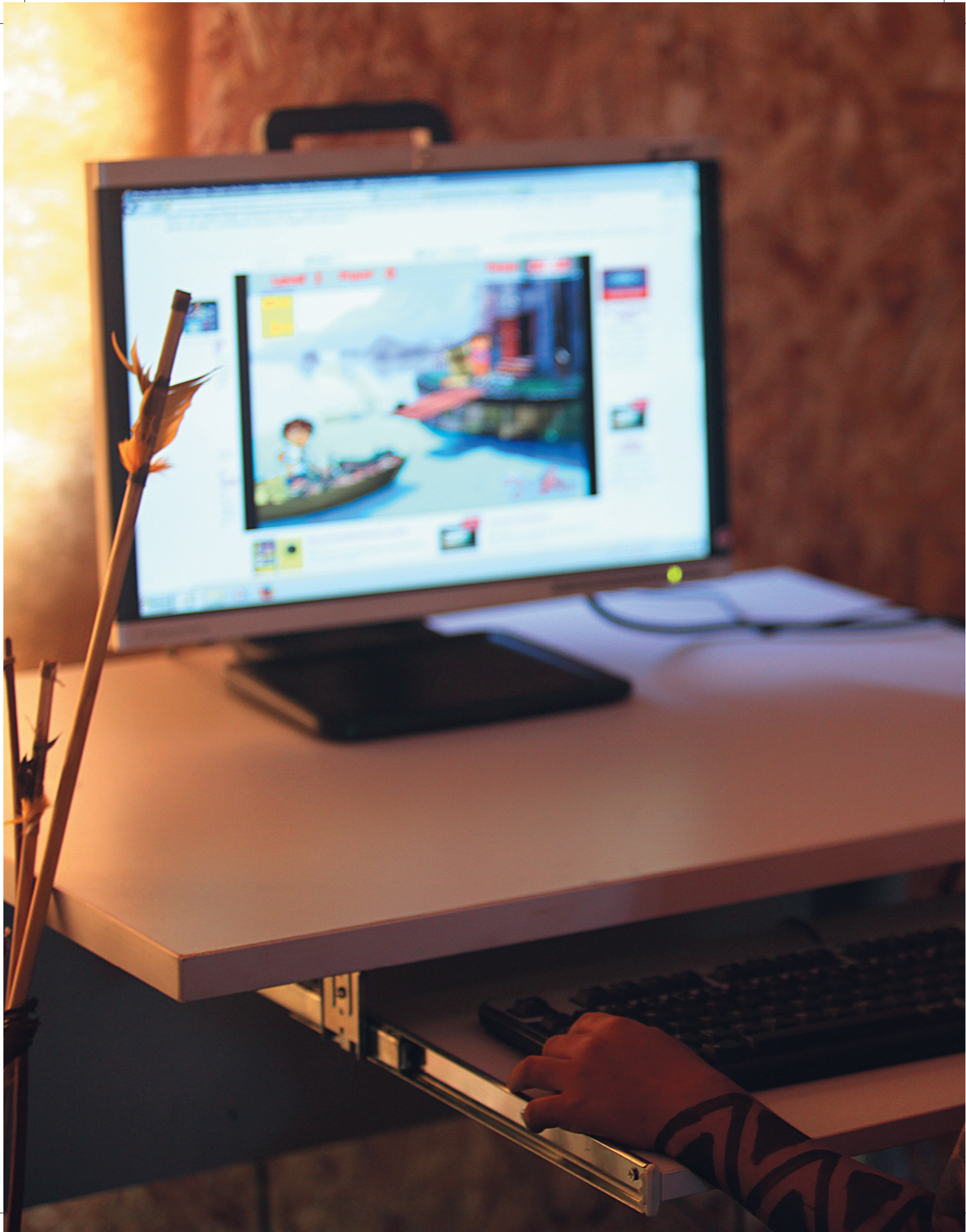
PARO, Vitor Henrique. *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã, 2001.


PERRENOUD, Phillipe. *Os ciclos de aprendizagem*. Um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SMOSINSKI, Suellen; HARNIK, Simone. *Contratos temporários de docentes prejudicam desempenho dos alunos*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/contratos-temporarios-de-docentes-prejudicam-desempenho-dos-alunos.htm>>. Acesso em: 8 maio 2013.

TEIXEIRA, A. S. A crise educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 80, n. 196, 1999.

_____. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.



A close-up, low-angle shot of a person wearing traditional indigenous clothing. The person is wearing a large, elaborate headdress made of dark feathers with a row of colorful, rounded ornaments (possibly seeds or small fruits) along the top edge. They are also wearing multiple necklaces, including one with large red and black beads and another with thick, braided yellow cords. The person's arm, visible in the foreground, is adorned with dark, geometric body paint. The background is dark and out of focus.

“Só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. Não a escola sem prédios, sem asseio, sem higiene e sem mestres devidamente preparados, e, por conseguinte, sem eficiência e sem resultados. E sim a escola pública rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do país”.

TEIXEIRA (1936)

Fotos de design

- [**capa**] Escola Estadual Odorico Leocádio da Rosa, em Rondonópolis / Foto: Rafaella Zanol | Gcom/MT
- [**4ª capa**] Índios Paresi / Foto: Antônio Carlos Banavita
- [**p. 2**] Escola Estadual Profª Diva Hugueney de Siqueira Bastos, em Cuiabá / Foto: Mayke Toscano | GCom-MT
- [**p. 6**] Escola Estadual Fenelon Müller, em Cuiabá / Foto: Tiego Poli
- [**p. 7**] Escola Estadual Profª Diva Hugueney de Siqueira Bastos, em Cuiabá / Foto: Mayke Toscano | GCom-MT
- [**p. 9**] Escola Estadual Odorico Leocádio da Rosa, em Rondonópolis / Foto: Rafaella Zanol | Gcom/MT
- [**p. 17**] Audiência Pública em Rondonópolis / Foto: Ronaldo Mazza | Secom/ALMT
- [**p. 19**] Escola Estadual Odorico Leocádio da Rosa, em Rondonópolis / Foto: Rafaella Zanol | Gcom/MT
- [**p. 21**] Audiência Pública em Sinop / Foto: Fablício Rodrigues | Secom/ALMT
- [**p. 23**] Audiência Pública em Rondonópolis / Foto: Marcos Lopes | Secom/ALMT
- [**p. 37**] Audiência Pública em Tangará da Serra / Foto: Karen Malagoli | Secom/ALMT
- [**p. 38**] Escola Estadual Odorico Leocádio da Rosa, em Rondonópolis / Foto: Rafaella Zanol | Gcom/MT
- [**p. 39**] Reunião com a equipe multidisciplinar de avaliação do Ciclo de Formação Humana / Foto: Tiego Poli
- [**p. 41**] Escola Estadual Odorico Leocádio da Rosa, em Rondonópolis / Foto: Rafaella Zanol | Gcom/MT
- [**p. 42**] Índio Kamayura / Foto: Antônio Carlos Banavita
- [**p. 43**] Índio Paresi confeccionando sua flecha / Foto: Antônio Carlos Banavita
- [**p. 45**] Escola Estadual Fenelon Müller, em Cuiabá / Foto: Tiego Poli
- [**p. 46/47**] Índio Paresi / Foto: Antônio Carlos Banavita

Apoio técnico

Prof. Rinaldo Ribeiro de Almeida

Conselheiro Estadual de Educação

Licenciatura em Ciências – UnB

Engenharia Civil – UFMT

Especialização em Gerência de Cidades – FAAP

Professor Aposentado do IFMT

Profª Kelli Lopes Felix

Assessora Parlamentar do Gabinete do Dep. Estadual Wilson Santos

Licenciatura Plena em Pedagogia – ICE

Especialização em Psicopedagogia – IMP

Especialização em Educação de Jovens e Adultos – IMP

Profª Alvarina de Fátima dos Santos

Licenciatura Plena em Pedagogia

Especialização em Metodologia e Conteúdo das

Ciências nos Anos Iniciais – Unemat

Técnico em Magistério – E.E. Dom Pedro I

Produção Editorial

Carrión & Carracedo Ltda.

Designer gráfico

Maike Vanni

Revisão

Henriette Marcey Zanini